

MESTRADO EM TRADUÇÃO E SERVIÇOS LINGUÍSTICOS
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: TRADUÇÃO E SERVIÇOS LINGUÍSTICOS

A Tradução e a Terminologia na Comissão Europeia: Relatório de Estágio

Carolina de Sousa Saleiro Barros

M

2022



Carolina de Sousa Saleiro Barros

A Tradução e a Terminologia na Comissão Europeia: Relatório de Estágio

Relatório realizado no âmbito do Mestrado de Tradução e Serviços Linguísticos da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientado pela Professora Doutora Elena
Galvão

Supervisora do Estágio: Regina Canelas

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro 2022

Language is wine upon the lips.

Virginia Woolf

Sumário

Declaração de Honra.....	6
Agradecimentos.....	7
Resumo.....	9
Abstract	10
Índice de Figuras	11
Índice de Gráficos	12
Lista de abreviaturas e siglas.....	13
Introdução	15
Capítulo 1 – Tradução e Terminologia na Comissão Europeia.....	17
1.1. A Comissão Europeia.....	17
1.2. Tradução na CE.....	19
1.2.1 A Evolução da Tradução na Comissão Europeia	19
1.2.2. Legislação relativa ao regime linguístico	22
1.2.3. Predominância do inglês como língua franca.....	24
1.2.4. Tradução Institucional.....	26
1.2.5. Tradução Jurídica	27
1.3. Direção-Geral de Tradução	28
1.3.1. Apresentação da DGT	28
1.3.2. Categorias de Documentos.....	32
1.3.3. Fluxo de Trabalho	34
1.3.3. Departamento de Língua Portuguesa	35
1.4 Terminologia na União Europeia	52
1.4.1. <i>IATE</i>	53
1.4.2. Equipa Linguística.....	56
Capítulo 2 – Estágio <i>Blue Book</i>	57
2.1. Escolha do Estágio	57
2.2. Programa de Estágios da Comissão Europeia – <i>Blue Book</i>	59
2.2.1. Processo de Candidatura	60
2.2.2. Receção dos Estagiário.....	61
2.2.3. Formações	65
2.2.4. Visitas às Instituições da EU.....	66
2.2.5. Voluntariado.....	68
Capítulo 3 – Projetos Desenvolvidos	69
3.1. Projetos de Terminologia	69

3.1.1. Visão Geral.....	69
3.1.2. Casos práticos.....	70
3.1.3. Conclusão sobre os projetos de terminologia.....	74
3.2. Projetos de Tradução.....	74
3.2.1. Visão Geral.....	75
3.2.2. Casos práticos.....	76
Conclusão.....	88
Referências Bibliográficas	90
Anexos.....	93
Anexo I – Lista de Projetos de Tradução.....	93
Anexo II – Lista de termos do projeto de terminologia GROW-2022-80118.....	97
Anexo III – Estatísticas do utilizador <i>IATE</i>	98
Anexo IV – Exemplo de uma <i>job sheet</i>	99
Anexo V – Oferta do estágio.....	100
Anexo VI – Certificado do estágio.....	103
Anexo VII – Relatório realizado pela supervisora do estágio.....	104

Declaração de Honra

Declaro, por minha honra, que o presente relatório de estágio é de minha inteira autoria e que o mesmo não foi utilizado noutra curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição superior. As informações, citações e ideias de outros autores encontram-se devidamente referenciadas e indicadas no corpo de texto e nas referências bibliográficas, e respeitam com rigor as regras convencionais. Declaro, por fim, que me encontro consciente de que a prática de plágio constitui um ilícito académico e terá consequências legais.

Porto, 12/09/2022

Carolina de Sousa Saleiro Barros

Agradecimentos

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nomeadamente ao Mestrado de Tradução e Serviços Linguísticos, por ser a minha segunda casa durante seis anos, pela formação e conhecimento partilhado, em especial:

À Professora Doutora Elena Galvão, pela orientação do estágio, por todos os conselhos dados, pela completa disponibilidade ao longo do mestrado e por todo o apoio e incentivo na ingressão deste estágio.

À Comissão Europeia, nomeadamente à Direção-Geral de Tradução e ao Departamento de Língua Portuguesa, pela oportunidade e pela confiança depositada, em especial:

À Regina Canelas, por me ter acompanhado ao longo do estágio, tanto a nível profissional como a nível pessoal, por todos os ensinamentos, por toda a paciência e disponibilidade, e por todos os conselhos;

Ao Hilário Fontes, pelos conhecimentos partilhados, pela mentoria durante o estágio e pelo esclarecimento de todas as dúvidas que foram surgindo;

À Susana Gonçalves, pelo acompanhamento dado ao longo dos vários projetos de terminologia e pela confiança depositada no meu trabalho e capacidades;

À Leonor Batista e à Mafalda Gomes, por todo o apoio dado ao longo do estágio, pela partilha mútua de conhecimentos e ideias, pelas longas conversas e pela amizade criada;

A toda a Unidade PT. 2, por me terem recebido de braços abertos desde o início, por me terem acolhido abertamente na sua pequena família e por me terem proporcionado uma primeira experiência profissional única com uma equipa de profissionais de excelência;

Aos estagiários *Blue Book* no Luxemburgo, por viverem comigo esta aventura, pelo apoio mútuo na vida profissional e na vida pessoal e por me ajudarem a crescer como pessoa e como membro de uma sociedade multicultural.

À minha família, por me apoiar durante esta experiência e durante muitas outras, em particular:

Aos meus pais, Manuel Barros e Ana Barros, pela ajuda que me deram durante a minha experiência no Luxemburgo, bem como por me incentivarem a seguir sempre aquilo que gosto e que quero;

Ao meu irmão, André Barros, por todos os conselhos dados ao longo do meu percurso académico e pelos ensinamentos para a minha carreira profissional;

Aos meus avós, Elói Sousa e António Barros, pelo carinho e preocupação durante a minha primeira experiência internacional.

À Maria Inês Gonçalves, pelo longo percurso feito lado a lado, pelos sonhos de vida e de carreira partilhados e por toda amizade.

À Inês Parente, por ser sempre a minha maior apoiante, pela honestidade e força, pela motivação e pela amizade incondicional.

Resumo

O presente relatório de estágio visa apresentar e descrever o estágio *Blue Book* na Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia, no Luxemburgo, que decorreu entre o dia 1 de março e o dia 31 de julho, de 2022.

O primeiro capítulo introduz a Comissão Europeia e o longo percurso da tradução nesta instituição, apontando a sua importância para o multilinguismo e para a multiculturalidade na União Europeia. Segue-se a descrição da Direção-Geral de Tradução e do trabalho realizado no Departamento de Língua Portuguesa, salientado todo o processo de tradução, os seus intervenientes e os diferentes recursos e ferramentas utilizados, bem como os vários tipos de documentos. Este capítulo termina com uma abordagem à terminologia na Comissão, explicitando a criação de fichas terminológicas e a manutenção da base de dados terminológica da União Europeia. O segundo capítulo traça o percurso geral do estágio, desde o processo de candidatura, a receção dos estagiários, as formações obrigatórias, as visitas institucionais e as atividades fora do contexto de trabalho, como o voluntariado. O capítulo final debruça-se sobre uma parte mais prática, na qual são ilustrados e desenvolvidos alguns dos projetos de tradução e terminologia feitos ao longo do estágio e os respetivos desafios.

Este relatório oferece uma visão detalhada do trabalho realizado ao longo dos 5 meses de estágio, demonstrando o modo como o Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos me preparou para a experiência e todos os conhecimentos desenvolvidos e adquiridos.

Palavras-chave: estágio, Comissão Europeia, Direção-Geral de Tradução, tradução, terminologia

Abstract

This traineeship report aims to present and describe the Blue Book traineeship at the Directorate-General for Translation of the European Commission, in Luxembourg, which took place between March 1st and July 31st, 2022.

The first chapter introduces the European Commission and the long history of translation in this institution, pointing out its importance for multilingualism and multiculturalism in the European Union. It then goes on to describe the Directorate-General for Translation and the work carried out in the Portuguese Language Department, highlighting the translation process, the people involved and the different resources and tools used, as well as the different types of documents. The chapter ends with a section on terminology at the Commission, covering the development of terminology records and the maintenance of the terminology database of the European Union. The second chapter outlines the general course of the traineeship, from the application procedure, the welcoming of trainees, the training sessions and the institutional visits, to the activities outside of the work context, such as volunteering. The final chapter addresses a more practical side, illustrating and describing some of the translation and terminology projects carried out during the traineeship.

This report provides a detailed overview of the work carried out during the 5-month traineeship, demonstrating how the Master's in Translation and Language Services prepared me for the experience and all the knowledge developed and acquired.

Key-words: traineeship, European Commission, Directorate-General for Translation, translation, terminology

Índice de Figuras

Figura 1 – Apresentação do <i>CAT Client</i> e exportação de recursos	39
Figura 2 – <i>Multidoc</i> no <i>CAT Client</i>	40
Figura 3 – Pesquisa de documentos no <i>Euramis</i>	46
Figura 4 – Descarregamento de documentos do <i>Euramis</i> diretamente para o <i>CAT Client</i>	47
Figura 5 – Resultados da <i>IATE</i> no <i>Quest</i>	47
Figura 6 – Resultados do <i>Euramis</i> no <i>Quest</i>	48
Figura 7 – Resultados do <i>EUR-Lex</i> no <i>Quest</i>	48

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Funcionários da DGT em 2021	30
Gráfico 2 – Distribuição da DGT em 2021	31
Gráfico 3 – Documentos traduzidos pela DGT em 2021	31
Gráfico 4 – Distribuição de documentos traduzido por DG durante o estágio	75
Gráfico 5 – Distribuição de páginas traduzidas por DG durante o estágio	76

Lista de abreviaturas e siglas

AA – Alta Autoridade

BDT – Base de Dados Terminológica

CAT – *Computer-Assisted Translation*

CE – Comissão Europeia

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEEA – Comunidade Europeia da Energia Atómica

DG – Direção-Geral

DG AGRI – Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

DG CLIMA – Direção-Geral da Ação Climática

DG COMM – Direção-Geral da Comunicação e Informação

DG EAC – Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura

DG EMPL – Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão

DG GROW – Direção-Geral do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME

DG JUST - Direção-Geral da Justiça e Consumidores

DG SANTE – Direção-Geral da Saúde e Segurança dos Alimentos

DGT – Direção-Geral de Tradução

DLP – Departamento de Língua Portuguesa

ECMT – *European Commission Machine Translation*

EMT – *European Masters in Translation*

EPSO - *European Personnel Selection Office*

Euramis – *European Advanced Multilingual Information System*

ILF – Inglês como língua franca

IATE – *Inter-Active Terminology for Europe*

JO – Jornal Oficial da União Europeia

LC – Língua de chegada

LP – Língua de partida

MTSL – Mestrado de Tradução e Serviços Linguísticos

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude

PE – Parlamento Europeu

QE – Questões parlamentares

SdT – Serviço de Tradução

STML – Serviço de Tradução a Médio e Longo Prazo

TA – Tradução automática

TC – Texto de chegada

TP – Texto de partida

UE – União Europeia

Introdução

O presente relatório de estágio insere-se no âmbito do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos (MTSL), que integra a Rede *European Masters in Translation* (EMT), e visa relatar, descrever e analisar o trabalho realizado durante os 5 meses como estagiária *Blue Book* na Unidade PT. 2 do Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia, entre o dia 1 de março e o dia 31 de julho de 2022.

O primeiro capítulo começa com uma breve introdução sobre a Comissão Europeia (CE) e o seu funcionamento no seio da União Europeia (UE), contextualizando a instituição que me acolheu. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes, cada uma dedicada à tradução e à terminologia na CE, respetivamente. Na secção dedicada à tradução, é ilustrada a evolução do multilinguismo e da tradução na UE, nomeadamente na Comissão, bem como a legislação que cimentou o regime linguístico nesta instituição. De seguida, é apresentada a Direção-Geral de Tradução (DGT) e o Departamento de Língua Portuguesa (DLP), explicando como funciona o seu fluxo de trabalho e como é realizado o processo de tradução, com cada um dos seus intervenientes e com recurso a diversas ferramentas. Na secção relativa à Terminologia é apresentada a principal base de dados terminológica (BDT) das instituições da UE, a *IATE*, bem como a sua organização e a constituição das suas fichas terminológicas.

O segundo capítulo foca-se maioritariamente na descrição do estágio, desde a escolha do estágio e o processo da candidatura, até à receção dos *Blue Bookers*¹. Nesta parte do relatório são abordadas as diferentes oportunidades dadas aos estagiários, como as formações iniciais, voluntariado e participação nos subcomités direcionados às experiências fora do ambiente de trabalho.

Por fim, o último capítulo descreve e analisa de forma prática alguns dos projetos, tanto de tradução como de terminologia, desenvolvidos durante estes 5 meses. Esta análise engloba as dificuldades que surgiram nos projetos selecionados, bem como as estratégias e técnicas utilizadas para as solucionar.

¹ *Blue Bookers* é o nome tradicionalmente atribuído aos estagiários do programa de estágios *Blue Book* da Comissão Europeia.

Este relatório visa assim demonstrar como o meu percurso académico me permitiu desenvolver as capacidades necessárias para completar o estágio *Blue Book* com sucesso.

Capítulo 1 – Tradução e Terminologia na Comissão Europeia

1.1. A Comissão Europeia²

O sistema institucional da União Europeia apresenta uma estrutura em pirâmide, na qual podemos encontrar o órgão executivo, a Comissão Europeia no cume, ligada igualmente aos dois órgãos legislativos, o Parlamento Europeu (PE) e o Conselho da União Europeia. Este órgão detém uma forte influência sobre o processo de tomada de decisões, nomeadamente devido ao seu papel na elaboração de propostas de lei e à vasta gama de decisões que adota relativamente a diferentes domínios.

Funções

A CE desempenha inúmeras funções que lhe atribuem a influência que exerce na União Europeia, sendo de destacar o seu papel na elaboração de propostas de lei. Em grande parte dos casos, a Comissão elabora uma proposta no seguimento das orientações políticas resultantes de uma reunião do Conselho Europeu, prestando particular atenção às conclusões retiradas com vista a identificar possíveis propostas a serem tomadas. Em seguida, as iniciativas propostas são discutidas pelo Parlamento e pelo Conselho antes de se tornarem em leis. Esta acaba por ser a principal razão de ser da CE, garantindo assim um controlo democrático do sistema. Pela primeira vez, existe uma instituição que detém poderes supranacionais e que coloca acima de tudo os interesses europeus, procurando refletir esses mesmos interesses comuns nas suas políticas e iniciativas. Assim, outra das suas principais funções é representar a UE nos Estados-Membros e a nível internacional. A Comissão Europeia desempenha também o papel de “guardiã dos tratados”, assegurando sempre que o direito da União Europeia é implementado de forma correta e adequada. Na rara ocasião em que ocorre uma possível violação, a Comissão é obrigada a fazer uma recomendação ao Conselho, confirmando que há uma violação num dos Estados-Membros e, de seguida, o Conselho toma uma decisão e aplica a sanção de

² Toda a informação desta secção advém de uma das sessões dos *Training Days* denominada “O papel da Comissão Europeia”, apresentada pelo chefe de setor Marc Taquet-Graziani, no dia 15 de março.

retirada do direito ao voto. Por fim, este órgão executivo elabora ainda o orçamento da UE e gere os programas financiados pela mesma.

Composição

Para assegurar o bom funcionamento da Comissão Europeia e garantir que esta cumpre com as prioridades estabelecidas, é essencial uma cooperação tanto a nível dos serviços, entre as diferentes Direções-Gerais, como a nível político, entre o Colégio e os Gabinetes.

Colégio

O Colégio de Comissários é hoje em dia constituído por 27 líderes políticos da CE, um de cada estado membro. Entre os 27 comissários, encontramos uma hierarquia distinta que conta com um presidente, atualmente Ursula von der Leyen, três vice-presidentes executivos, cinco vice-presidentes e dezoito comissários. O cargo de presidente requer responsabilidades de grande importância, entre as quais definir a direção geral das políticas da Comissão, distribuir portfólios pelos Comissários e presidir as reuniões do Colégio.

As decisões são tomadas coletivamente, seguindo o princípio de colegialidade, pelo que nenhum comissário tem a possibilidade de tomar decisões individualmente, independentemente de estas estarem relacionadas com a área pela qual é responsável. Esta questão torna-se num dos principais benefícios da colegialidade, uma vez que protege a independência da Comissão em relação aos Estados-Membros, garantindo que nenhum exerça influência sobre este órgão. Ademais, este regime promove a cooperação entre os membros e os serviços através do trabalho em conjunto para a elaboração de propostas. Porém, nas raras ocasiões em que não é possível chegar a uma decisão unânime, o voto é utilizado como uma ferramenta adicional, sendo apenas necessário que um comissário o solicite. (Comissão Europeia, 2022)

Gabinetes

Cada comissário conta com um gabinete composto por 10 a 15 pessoas, entre as quais um chefe de gabinete e um chefe de gabinete adjunto, membros e assistentes, cujo principal objetivo é assistir o respetivo comissário na tomada de decisões semanal. Apesar de os gabinetes se especializarem no portfólio da CE, necessitam ainda de peritos de outros ramos que os aconselhem no que toca a propostas que podem ser adotadas mas que não constam no seu portfólio. (Comissão Europeia, 2022)

Administração

A administração da Comissão Europeia é constituída por 24 departamentos sectoriais, 19 departamentos horizontais e serviços que prestam serviços a toda a CE e 6 agências executivas. Em Janeiro de 2020, a CE contava com cerca de 30 mil funcionários, desde agentes temporários a agentes contratados.

Direções-Gerais

As Direções-Gerais (DG) são departamentos temáticos responsáveis por diferentes domínios de intervenção, como saúde, comércio, transportes, entre outros. Estas elaboram, aplicam e gerem a política, o direito e os programas de financiamento da União Europeia. Cada DG conta com uma unidade de coordenação, uma unidade de comunicação, uma unidade de informática e uma unidade de recursos humanos e finanças. Para além disso, estes departamentos temáticos são liderados por um Diretor-Geral, responsável pela sua gestão.

1.2. Tradução na CE

1.2.1 A Evolução da Tradução na Comissão Europeia

Segundo a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, um dos deveres da UE é respeitar a diversidade linguística dos seus cidadãos, protegendo-os assim contra a

discriminação em razão da língua. Desde os primórdios desta comunidade europeia de que hoje fazemos parte que a inclusão de diferentes nações por meio da língua foi sempre uma preocupação e um elemento fundamental para o seu funcionamento harmonioso.

Em 1950, quando surgiu a proposta de uma cooperação e aliança entre os países da Europa por Robert Schuman, à qual seria chamada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), levantou-se a questão de quais as línguas a utilizar para que fosse assegurada a integração de cada um dos membros fundadores. Posto isto, uma vez que a imposição de uma só língua ou a implementação de um sistema bilingue levantariam problemas internos relacionados com a inclusão, os seis países que deram início a esta comunidade, Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, optaram por quatro línguas oficiais: alemão, francês, holandês e italiano. Para além destas, havia ainda uma divisão dedicada ao inglês, uma vez que era a língua mais utilizada em contexto internacional, técnico e científico e de comércio (Comissão Europeia, 2021: 21). O multilinguismo inerente à CECA levou à elaboração de conteúdos legislativos, desde regulamentos a artigos de tratados, que estabeleciam regras claras relacionadas com o regime linguístico para uma melhor organização e comunicação entre todas as partes envolvidas. Assim, cada instituição da Comunidade criou o seu próprio serviço linguístico, sendo o da Comissão Europeia, na altura designada Alta Autoridade (AA), organizado num departamento de tradução e num departamento de interpretação.

Nos primeiros anos, a AA contava com cerca de 35 funcionários, 25 tradutores e 10 revisores, e o recrutamento era realizado através de testes sempre que houvesse uma demanda por novos profissionais. O processo de tradução começava no departamento de documentação, que recebia o documento original, ou seja, o texto de partida (TP), e o direcionava para o serviço linguístico, com o qual acordavam os prazos de entrega com base no volume de trabalho e no número de tradutores disponíveis (Comissão Europeia, 2021: 23). Após traduzido, o texto de chegada (TC) seguia para uma equipa de datilógrafos para. No final desta primeira década, após os Tratados de Roma em 1957, que instituíram Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA), surgiu novamente a necessidade de regulamentar o regime linguístico destas instituições. Neste seguimento, foi elaborado o Regulamento n.º 1, que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia, protegendo assim os direitos dos cidadãos europeus e permitindo que cada instituição pudesse criar o seu próprio serviço linguístico (Conselho da União Europeia, 1958).

O novo serviço dedicado à tradução da Comissão, o novo nome atribuído à AA e aquele que conhecemos atualmente, contava com cinco grupos linguísticos, um para cada língua oficial e para o inglês, auxiliados por um secretariado e uma equipa de dactilografia, que traduziam para as suas línguas maternas, salvo raras exceções. Dada a technicalidade de grande parte dos textos, o conhecimento de áreas externas era uma vantagem e os tradutores e linguistas eram acompanhados por especialistas de diversos domínios. No final da década de 1960, quando os serviços linguísticos da Comissão já se encontravam baseados em Bruxelas, foi instituído o Serviço de Tradução a Médio e Longo Prazo (STML) no Luxemburgo, iniciando assim a separação que existe ainda hoje da Direção-Geral de Tradução entre estas duas capitais europeias. Este tratava das traduções de documentos técnicos associados com as atividades da CECA e de outros departamentos da Comissão baseados no Luxemburgo (Comissão Europeia, 2021: 32).

Com o crescimento destas três grandes organizações, CECA, CEE E CEEA, cresceu também o trabalho dos tradutores, uma vez que era necessário disponibilizar documentos oficiais para as línguas dos novos Estados-Membros. O processo de adesão de novos estados dividia-se em duas fases: a pré-adesão, na qual os textos legislativos traduzidos por parte dos países candidatos eram revistos pelo serviço linguístico, e a pós-adesão, na qual toda a legislação era traduzida para as línguas oficiais dos novos membros. Consequentemente, deu-se um forte aumento na equipa de profissionais de tradução da Comissão com a chegada de novos idiomas.

Em 1989, o serviço linguístico torna-se finalmente um serviço independente, deixando de fazer parte da Direção-Geral dos Recursos Humanos e da Segurança e passando a ser designado Serviço de Tradução (SdT), gerido por um Diretor-Geral. A estrutura interna do SdT era bastante diferente da estrutura da atual DGT. O SdT estava dividido com base nos diferentes domínios que eram traduzidos, havendo sete departamentos temáticos subdivididos em unidades linguísticas. Assim, os tradutores tinham a oportunidade de se especializarem, algo que ao longo dos anos aconteceu com vários tradutores linguistas graças ao trabalho que realizaram para determinadas DGs. Ademais, por esta altura, a equipa de dactilografia tinha deixado de existir, tornando os tradutores profissionais mais autónomos e dando também uma nova importância ao papel do secretariado. Este fim e início de década foram ainda marcados pelo impulsionamento da tecnologia na tradução, com o aparecimento dos primeiros computadores, que permitiram o acesso a ferramentas de auxílio à tradução e documentação, e a introdução da tradução automática em certos

domínios (Comissão Europeia, 2021: 55). O SdT contava agora com recursos que atualmente são imprescindíveis aos tradutores da DGT, como o *Euramis* e o *Multidoc*. Podemos afirmar que a década de 1990 foi uma época de grande desenvolvimento para a tradução na Comissão Europeia. Em 2002 o nome deste serviço linguístico passou a ser o que conhecemos hoje, Direção-Geral de Tradução.

A agora denominada União Europeia, designação introduzida no Tratado de Maastricht em 1993, enfrenta a grande adesão de 2004, trazendo nove novas línguas oficiais, contabilizando um total de 20 línguas. Este grande aumento levou a que a DGT optasse por voltar à estrutura interna de grupos linguísticos subdivididos por unidades temáticas, melhorando assim a consistência entre as diferentes unidades do departamento linguístico (Comissão Europeia, 2021: 72). Mesmo após a entrada de três novos Estados-Membros (Bulgária e Roménia em 2007 Croácia em 2013) , cada um com a sua língua oficial, e com a subida de estatuto da língua irlandesa, passando de língua de tratado para língua oficial, esta estrutura tem-se mantido inalterada até aos dias de hoje. Atualmente, a DGT está organizada em 24 departamentos linguísticos, um para cada língua oficial, dividido em duas unidades, salvo os departamentos de francês e alemão, que contam com quatro unidades, e o departamento de inglês, com três unidades. É um dos maiores serviços de tradução no mundo e a maior DG da Comissão Europeia, com dois mil funcionários e cerca de dois milhões de páginas traduzidas por ano por tradutores internos e externos (*freelancers*).

1.2.2. Legislação relativa ao regime linguístico

O multilinguismo pode ser considerado um dos pilares da União Europeia desde os seus primórdios. Nesta amálgama de culturas e línguas, era necessário encontrar um consenso que permitisse o funcionamento e as relações harmoniosas entre as diferentes instituições da comunidade, com as autoridades nacionais, e principalmente com o povo europeu. Com a expansão da CECA, torna-se cada vez mais crucial estabelecer regras que incidam sobre o uso das diferentes línguas para assegurar um sentido de pertença entre todos os membros desta comunidade. Posto isto, o regime linguístico e questões a ele relacionadas começaram a surgir em diferentes documentos legislativos, definindo assim ainda mais a importância da inclusão linguística.

Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia

Lançado pelo Conselho da Comunidade Económica Europeia (CEE), atualmente conhecido como Conselho da União Europeia, a 15 de abril de 1958, este regulamento pretende estabelecer regras base para a comunicação entre instituições e entre Estados-Membros. Segundo o artigo 2.º e o artigo 4.º, os textos dirigidos às instituições por um Estado-Membro ou cidadãos desse mesmo Estado, bem como os regulamentos e textos de carácter geral, devem ser redigidos numa das línguas oficiais, decretadas no artigo 1.º como o alemão, o francês, o italiano e o holandês (Conselho da União Europeia, 1958). No que toca aos textos dirigidos pelas instituições da CEE aos Estados-Membros, estes eram redigidos na língua oficial do respetivo Estado (artigo 3.º). Em casos em que haja mais que uma língua oficial, o seu uso será determinado de acordo com a legislação desse mesmo Estado (artigo 8.º).

Tratado da União Europeia

Também conhecido como Tratado de Maastricht, o Tratado da União Europeia, assinado a 7 de fevereiro de 1992 e em vigor desde 1993, veio cimentar o projeto europeu e a cooperação entre as diferentes nações, alterando ainda o nome da Comunidade Económica Europeia para apenas Comunidade Europeia. Este tratado definiu as línguas às quais a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia faria, anos mais tarde, referência, apontando o direito dos cidadãos de se dirigirem à UE numa dessas mesmas línguas, ou seja, nas suas línguas oficiais. Estas são, conforme o artigo 55.º, as “línguas alemã, búlgara, checa, dinamarquesa, eslovaca, eslovena, espanhola, estónia, finlandesa, francesa, grega, húngara, inglesa, irlandesa, italiana, letã, lituana, maltesa, neerlandesa, polaca, portuguesa, romena e sueca” (União Europeia, 2012: 33).

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

A 7 de dezembro de 2000, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia proclamam um documento que assenta na preservação e no desenvolvimento de direitos e valores comuns na UE, a Carta dos Direitos Fundamentais

da União Europeia. O papel que a língua desempenha na identidade de cada cidadão europeu é destacado nos artigos 21.º e 22.º, que condenam a discriminação em razão da língua e defendem o respeito pela diversidade cultural e linguística, respetivamente (União Europeia, 2012: 10). Estes pontos são reforçados mais à frente no artigo 41.º, que aborda o direito dos cidadãos a uma administração eficiente (União Europeia, 2012: 13). O n.º 4 do referido artigo refere que cada pessoa tem “a possibilidade de se dirigir às instituições da União numa das línguas dos Tratados, devendo obter uma resposta na mesma língua”, isto é, na sua língua oficial (União Europeia, 2012: 6).

1.2.3. Predominância do inglês como língua franca

Ao longo de vários anos, o inglês tem mantido o seu lugar no *ranking* das línguas mais faladas no mundo. Em situações comunicativas entre falantes que não partilham a mesma língua nativa nem uma cultura em comum, o inglês torna-se a língua de contacto, quebrando barreiras linguísticas e introduzindo o conceito de inglês como língua franca (ILF) (Firth, 1996: 240). Esta é definida como uma língua que representa uma utilidade significativa em contextos multiculturais entre pessoas com perfis linguísticos distintos. Ademais, o ILF está presente no mundo dos negócios e da administração, sendo o inglês uma das línguas de trabalho em inúmeras organizações e instituições internacionais, nomeadamente na União Europeia.

Desde o início que a língua inglesa marca a sua posição no contexto da UE. A sua presença junto das línguas oficiais, mesmo antes da adesão do Reino Unido, adveio do uso dominante em diversos domínios do interesse da UE, como indústria, comércio e ciências e tecnologias, colocando-a em pé de igualdade com gigantes como os Estados Unidos. Na altura, apenas o alemão e o francês eram utilizados como línguas processuais, o que significa que todos os textos que partiam da Comissão eram redigidos numa das duas línguas, tornando assim o alemão e o francês as línguas de partida (LP) das traduções da CE. Contudo, a adesão da Irlanda e do Reino Unido, países em que uma das línguas oficiais é o inglês, contribui para o papel crescente deste idioma, juntando-se ao alemão e ao francês e acabando por ultrapassar estas línguas no contexto europeu. Apesar de as três terem o mesmo estatuto de língua processual, a grande maioria dos textos são originalmente redigidos em inglês, superando o francês como principal língua de redação

na UE nos últimos anos (Leal, 2016: 8). Podemos considerar ainda que o alemão se tem afastado desta classificação, enquanto o francês a mantém possivelmente por questões históricas e pelo seu papel no Tribunal da Justiça, a única instituição que hoje em dia o utiliza como língua de trabalho interna (Leal, 2021: 60)³.

O ILF é notável quando observamos a evolução do inglês como língua de redação na CE. Em 1997, cerca de 45% dos textos produzidos na Comissão eram escritos em inglês e, no espaço de 10 anos, presenciou-se um aumento de 17%, contando com cerca de 62% dos textos em 2007 (Leal, 2021: 60). Atualmente, os textos redigidos em inglês correspondam a 85-90% do total de textos produzidos pela CE e a 95% dos textos do domínio jurídicos, sendo que, habitualmente, são elaborados por falantes não-nativos (Leal, 2021: 5). Este recurso constante ao inglês como instrumento de comunicação no contexto da União Europeia acontece por questões pragmáticas, para que a comunicação seja feita de forma eficaz e eficiente. A língua inglesa torna-se assim a principal LP na Comissão Europeia.

A predominância do ILF deve-se ainda ao facto de que a população de muitos dos Estados-Membros têm o inglês como primeira língua estrangeira, algo que advém essencialmente do sistema educativo. Em vários países, os jovens entram em contacto com o inglês desde muito cedo, aprendendo-o nas escolas desde o ensino primário até ao ensino secundário, influenciando também a preferência da UE pelo inglês. Paralelamente, isto reflete-se em tradutores formados com o inglês como principal língua no seu leque profissional, o que leva os Estados-Membros a optar por este idioma como LP na tradução de legislação europeia, bem como na correspondência com membros e funcionários da UE (Čavoški, 2017: 62). Para além do ILF na comunicação escrita, este também é priorizado na comunicação oral, e o seu uso constante resultou no aparecimento de uma nova variante no contexto da União Europeia, designada inglês europeu (*Euro English*).

1.2.3.1 Inglês Europeu

Ao longo do meu estágio na DGT, fui confrontada com esta nova variante da língua inglesa repleta de terminologia e de expressões típicas do contexto europeu. Nas instituições europeias, a preferência pelo ILF levou à introdução de “jargão” específico relacionada com a comunidade europeia, que apresenta várias características distintas do

³ É possível consultar o regime linguístico do Tribunal da Justiça da União Europeia na página da instituição: https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_10739/en/

inglês britânico. O “inglês europeu” é um dialeto comum desenvolvido por falantes não-nativos que recorrem à língua inglesa como primeira língua estrangeira e que contribuem para este dialeto de acordo com o seu domínio da mesma (Dollerup, 2002: 200). Esta variante do inglês resulta ainda de um processo de redação que envolve a introdução de novas ideias e novos conceitos, bem como a utilização do inglês em todos os contextos formais e informais da UE (Čavoški, 2017: 63). Estes incluem a comunicação escrita, que engloba uma grande variedade de textos, e a comunicação oral, como a interação entre diferentes funcionários das instituições e entre políticos (Mollin, 2006: 47).

1.2.4. Tradução Institucional

Brian Mossop define a tradução institucional como a tradução de textos de natureza técnica ou administrativa por parte de grandes organizações modernas, concebidas como entidades meramente económico-políticas (Mossop, 1988: 69). Estas entidades oficiais podem ser organizações multinacionais, instituições governamentais ou até mesmo empresas privadas, que recorrem à tradução como meio de comunicação com o seu público-alvo, mas também como meio de representação. A tradução institucional não se resume à tradução de documentos para uma determinada instituição, mas sim à tradução da própria instituição, que se torna a autora do TP, bem como do TC, fazendo deste processo uma autotradução (Koskinen, 2014: 24). A tradução institucional inclui, por exemplo, documentos de organizações governamentais e autoridades locais, documentos das Nações Unidas e traduções para a União Europeia.

Em instituições multilíngues, como a Comissão Europeia, a tradução desempenha, por vezes, uma função administrativa, isto é, torna-se uma ferramenta utilizada para auxiliar o governo de um público-alvo (Koskinen, 2014: 490). Posto isto, o tradutor desempenha o papel de porta-voz da instituição, tornando-se num instrumento do multilinguismo. Tomando o exemplo da CE, a linguagem a linguagem utilizada na redação dos textos da instituição, e conseqüentemente a tradução, é altamente controlada de forma a manter a uniformidade em termos de estilo, tom e coerência da terminologia e da fraseologia. No processo de tradução, este controlo é feito através de recursos como o Código de Redação Institucional e o Guia do Tradutor, que englobam um conjunto de normas a seguir aquando a elaboração de conteúdo para a instituição e em nome da mesma. Ademais, nas

na CE, as traduções são vistas como versões linguísticas e não traduções, proporcionando a ilusão que cada texto é produzido como um original, com o intuito político de todas serem igualmente autênticas (Schäffner, 2007: 141).

Na CE, nem todos os textos redigidos e traduzidos são considerados textos políticos, havendo uma grande produção de textos para comunicação externa, conteúdos *Web*, correspondências e consultas públicas. Contudo, os textos políticos continuam a representar a maioria dos documentos que partem da Comissão, bem como os textos jurídicos, fazendo da tradução jurídica uma área também bastante presente na DGT.

1.2.5. Tradução Jurídica

A tradução é um ponto fulcral no processo legislativo da Comissão Europeia, uma vez que cada documento deve estar disponível nas 24 línguas oficiais⁴. Isto leva a que a tradução jurídica tome o lugar de principal tipo de tradução na CE, algo que se reflete nas estatísticas anuais, que apresentam os documentos legislativos como o tipo de texto mais produzido na CE (Direção-Geral de Tradução, 2021: 4). No contexto europeu, a tradução jurídica é influenciada por um conjunto de fatores, entre eles políticos, ideológicos e processuais (Biel, 2014: 335), e conta com inúmeras características distintas no que diz respeito ao estilo de escrita e ao vocabulário, tornando-a uma área complexa que requer particular atenção e algum conhecimento prévio.

Segundo Sylvia Smith (Smith, 1995: 181), para que uma tradução jurídica seja bem-sucedida é necessário cumprir três parâmetros: o tradutor deve ter um conhecimento básico dos sistemas jurídicos da cultura de partida e da cultura de chegada, estar familiarizado com a terminologia relevante e, por último, ter competências no que diz respeito ao estilo de escrita jurídica específico da língua de chegada (LC). No processo de tradução jurídica, tal como em todos os restantes tipos de tradução, é necessário encontrar equivalentes na LC que correspondam ao vocabulário e termos utilizados na LP e que apresentem o mesmo efeito legal perante as entidades do país da LC, assegurando a veracidade da informação e mantendo o significado e a intenção do texto original. Esta

⁴ As línguas oficiais da UE são as seguintes: alemão, búlgaro, checo, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estónio, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, irlandês, italiano, letão, lituano, maltês, neerlandês, polaco, português, romeno e sueco.

tarefa pode ser realizada com recurso a manuais de direito, códigos civis e dicionários jurídicos em ambas as línguas. Habitualmente, os tradutores recorrem a equivalências funcionais, procurando um termo na LC que desempenhe uma função semelhante na LP. Contudo, os diversos sistemas jurídicos nacionais com que os profissionais se deparam apresentam estruturas diferentes, tornando estas equivalências apenas parciais (Šarčević, 1998: 439) Além disso, o processo de tradução torna-se ainda mais complexo dado o constante desenvolvimento da terminologia da UE, com o aparecimento de novos termos especializados e de novos termos que se inserem exclusivamente no âmbito do direito europeu. Estes podem divergir do significado tradicional que têm na jurisdição nacional de alguns Estados-Membros, abrindo margem para erros caso não lhes seja dada a especial atenção que requerem. A tradução incorreta de um texto de teor jurídico, possivelmente por uma interpretação errônea do seu conteúdo, pode resultar numa má transposição da legislação da UE, o que pode trazer implicações legais significativas para as partes envolvidas (Čavoški, 2017: 63). Posto isto, o tradutor deve ter um leque de competências, algumas já mencionadas, que correspondam à exigência da tradução jurídica, como atenção ao detalhe e às convenções particulares do domínio jurídico, bem como um bom conhecimento base dos conceitos jurídicos chave.

1.3. Direção-Geral de Tradução

1.3.1. Apresentação da DGT

A Direção-Geral de Tradução é a DG encarregue de traduzir o conteúdo produzido pela Comissão Europeia, bem como o conteúdo dirigido à mesma, de e para as 24 línguas oficiais, sendo uma referência de renome no mundo da tradução. A DGT é um dos 19 departamentos horizontais da Comissão, uma vez que presta os seus serviços linguísticos e de tradução a toda a instituição, contando atualmente com cerca de 35 acordos de serviço com a grande maioria das DGs. Uma das suas principais funções e objetivos é apoiar o caráter multilinguístico da União Europeia, ajudando a CE a comunicar de forma eficiente e eficaz com os cidadãos da EU e garantindo que estes tomam o melhor partido dos seus direitos (Direção-Geral de Tradução, 2020: 2).

Como previamente referido, a UE conta com 24 línguas oficiais, havendo assim 24 departamentos dentro desta Direção-Geral. Cada departamento conta com duas a três unidades, distribuídas igualmente por Bruxelas e pelo Luxemburgo, estando duas encarregues das traduções para as diferentes DGs e a restante unidade direcionada para a terminologia e serviços linguísticos e para questões administrativas. Por norma, com vista a haver uma melhor distribuição de trabalho, cada unidade de tradução está encarregue de traduzir o conteúdo de determinadas DGs, sendo assim possível que cada equipa conte com tradutores mais especializados nos domínios pelos quais a sua unidade é responsável. Se considerarmos, por exemplo, as unidades PT. 1 e PT. 2 do Departamento de Língua Portuguesa, a primeira trata de textos da DG Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRI) e da DG Ação Climática (CLIMA), enquanto a segunda está encarregue de textos da DG Saúde e Segurança dos Alimentos (SANTE) e da DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (EMPL). Para além disso, alguns departamentos contam com um gabinete local no seu país, nomeadamente na capital, estando o do Departamento de Língua Portuguesa localizado em Lisboa.

Em 2020, a DGT lançou um plano estratégico para 2020-2024 com o intuito de estabelecer objetivos chave que contribuam para os objetivos gerais da Comissão Europeia, nomeadamente aqueles dedicados a uma CE moderna, de elevado desempenho e sustentável (objetivo geral 7) e a uma Europa adequada à Era Digital (objetivo geral 2) (Direção-Geral de Tradução, 2020: 3).

1.3.1.2. Estatísticas

A Direção-Geral de Tradução lança anualmente estatísticas relativas ao seu trabalho e à sua equipa de profissionais, refletindo assim a sua evolução e o seu volume de trabalho. Em 2021, a DGT produziu um total de 2 770 mil páginas traduzidas, apresentando um crescimento de 18% em comparação com 2020 (2 346 mil), e assistiu também a um crescimento acentuado na utilização da sua ferramenta de tradução automática, *eTranslation*, nas páginas *Web* da União Europeia (Comissão Europeia, 2021: 3).

Funcionários

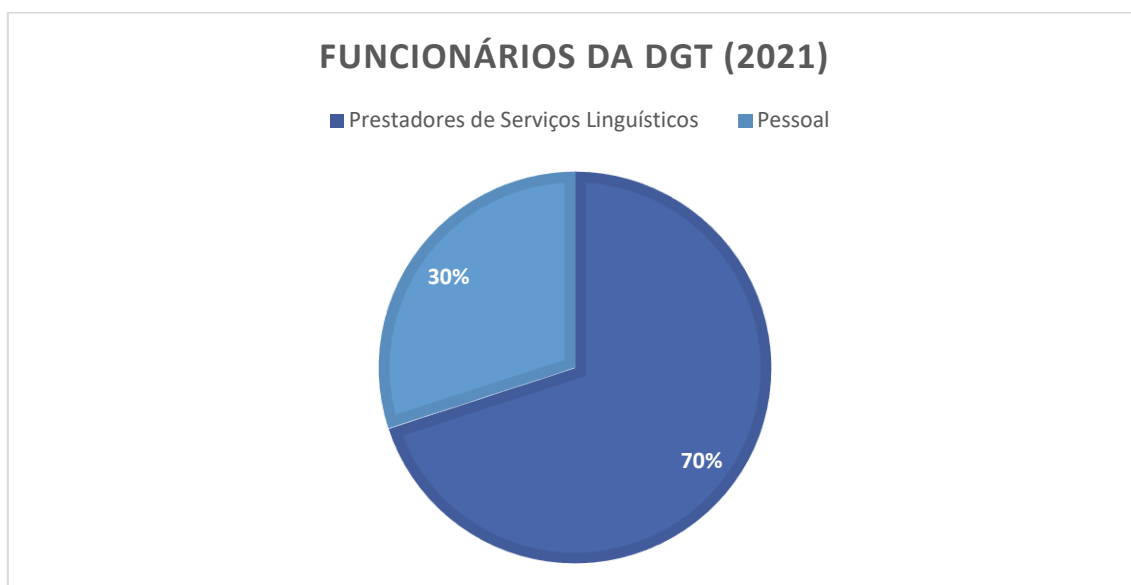


Gráfico 1 – Funcionários da DGT em 2021

A DGT conta com um total de 2 mil profissionais, divididos, de acordo com as suas funções, entre prestadores de serviços linguísticos e pessoal auxiliar. O primeiro grupo (70%) engloba tradutores, revisores, terminólogos, peritos em matéria de qualidade e peritos em matéria de tecnologia da linguagem. A equipa de tradutores da DGT divide-se ainda em tradutores internos (*in-house*), que representam uma maioria de 69%, e tradutores externos, ou *freelancers*, representando os restantes 31%. Por sua vez, o segundo grupo (30%) engloba funcionários das áreas de comunicação, recursos humanos e finanças, informática e gestão, bem como assistentes, formadores e funcionários que lidam com os *freelancers*. O pessoal auxiliar, apesar de não produzir diretamente conteúdo para a DGT, ou seja, traduções e terminologia, desempenha um papel essencial no funcionamento desta Direção-Geral. Entre este vasto grupo de profissionais, predomina o sexo feminino, com 67% (Comissão Europeia, 2021: 2-5).

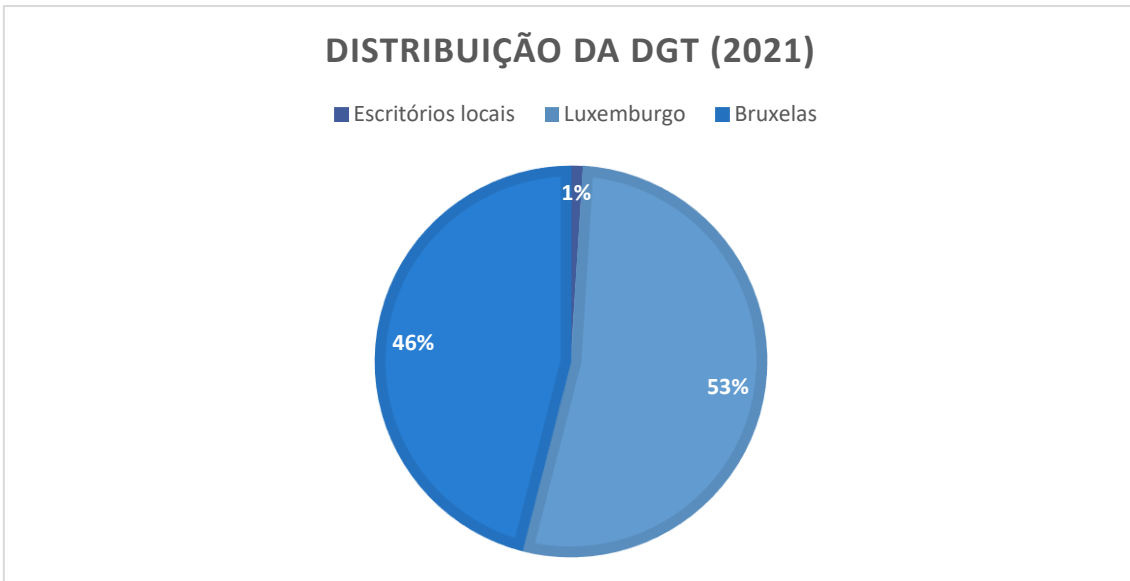


Gráfico 2 – Distribuição da DGT em 2021

Como já referido, a Direção-Geral de Tradução encontra-se dividida entre Bruxelas e Luxemburgo, contando ainda com alguns escritórios locais nos diferentes Estados-Membros. Observando o gráfico que apresenta os dados relativos ao ano de 2021, é possível constatar que existem mais funcionários no Luxemburgo (53%) do que em Bruxelas (46%), o que, apesar de ser uma diferença ligeira, é um facto surpreendente, uma vez que a sede principal da DGT é em Bruxelas. O restante 1% dos profissionais está distribuído pelos escritórios presentes nos Estados-Membros.

Documentos traduzidos

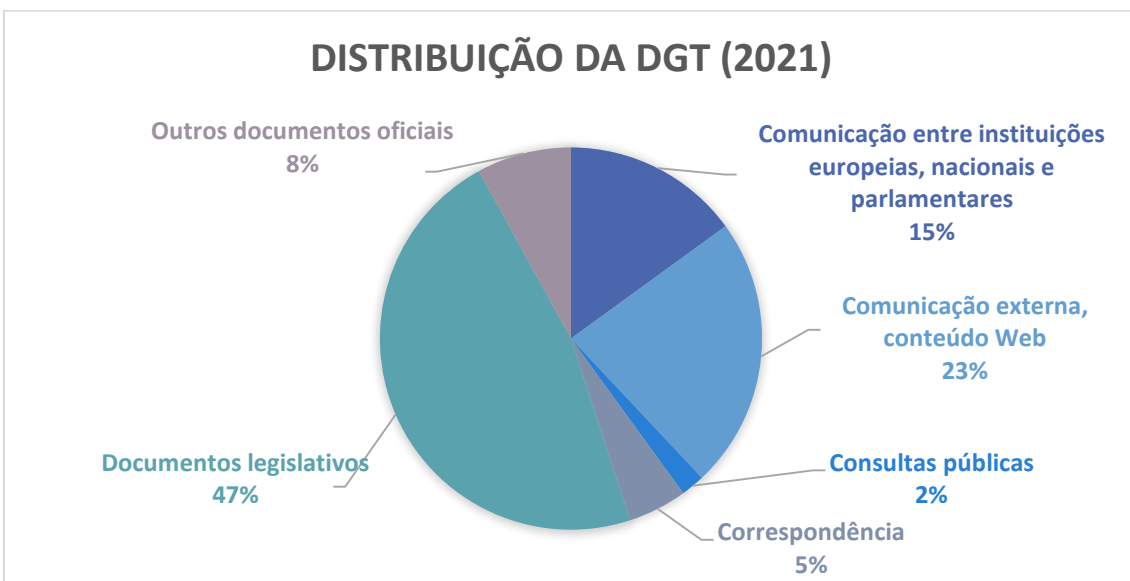


Gráfico 3 – Documentos traduzidos pela DGT em 2021

Segundo os dados de 2021, os textos de cariz legislativo representam a maior percentagem (47%) das traduções produzidas nesse ano, provando mais uma vez o papel fulcral que esta atividade tem na tomada de decisões. Segue-se o conteúdo para as páginas Web e comunicação externa (23%) e a comunicação com as restantes instituições da UE e os parlamentos nacionais dos Estados-Membro (15%). Os restantes tipos de documentos oficiais (8%), a correspondência com os cidadãos da UE (5%) e as consultas públicas relativas à política da UE (2%) apresentam uma menor carga de trabalho para a DGT.

1.3.2. Categorias de Documentos

Como as estatísticas anteriormente apresentadas indicam, a DGT lida todos os anos com diversos géneros textuais, sendo que cada um conta com orientações específicas direcionadas para atender as respetivas necessidades. Para tal, foram criadas quatro categorias de textos que deixam clara estas distinções: A (documentos jurídicos), B (documentos políticos e administrativos), C (informação para o público) e D (contributos para a legislação, formulação de políticas e administração da UE). Em 2015, a DGT publicou um conjunto de orientações sobre a qualidade de tradução que abordam detalhadamente cada categoria, inclusive aspetos a atentar durante a tradução dos documentos, bem como os possíveis riscos advindos de uma tradução que não vá ao encontro da qualidade esperada (Direção-Geral de Tradução, 2015: 4-17). Em seguida, são apresentadas e analisadas cada uma destas quatro categorias, apontando os documentos e algumas especificidades de cada uma.

Categoria A – documentos jurídicos

A primeira categoria conta com textos como atos legais, desde tratados e regulamentos, a diretivas e acordos internacionais, documentos utilizados em procedimentos legais ou administrativos, documentos relativos a contratações públicas e programas de financiamento e, por último, avisos de recrutamento e de concursos EPSO (*European Personnel Selection Office*), bem como as respetivas provas escritas.

Nestes tipos de documentos, a qualidade e a equivalência são dois dos requisitos mais importantes, uma vez que ajudam a garantir que o TC se desvie o menos possível do TP e do seu conteúdo (Biel, 2017: 37)

Categoria B – documentos políticos e administrativos

Na segunda categoria podemos encontrar documentos suplementares aos atos legais, como partes não vinculativas de documentos legislativas, livros brancos, livros verdes e outros documentos administrativos oficiais, como relatórios e orçamentos.

Os textos desta categoria têm como função explicar as propostas legislativas e as visões e escolhas políticas da Comissão Europeia, dirigindo-se a um público-alvo familiarizado com questões gerais e específicas relativas à UE (Direção-Geral de Tradução, 2015: 10). Tal como na categoria anterior, a tradução destes textos deve prestar particular atenção à mensagem e ao seu significado, podendo ser lida como um original.

Categoria C – informação para o público

A terceira categoria engloba textos de temas mais abrangentes, uma vez que são dirigidos ao público em geral. Estes documentos podem ser comunicados de imprensa, discursos, entrevistas, artigos para publicação na imprensa, brochuras e panfletos ou textos para as páginas Web.

Uma vez que o público-alvo é o conjunto dos cidadãos da UE, a adequação textual e a clareza destes documentos são fulcrais, sendo eles um instrumento de apoio aos cidadãos que tenciona colmatar a distância que existe entre eles e a UE e incentivá-los a desempenhar um papel ativo na vida e política europeia. Além disso a liberdade dada ao tradutor é também mais ampla, uma vez que o conteúdo deve ser apelativo e acessível, distanciando-se assim da tradução literal (*word-for-word*).

Categoria D – contributos para a legislação, formulação de políticas e administração da UE

Nesta última categoria inserem-se todos os documentos de origem externa à Comissão, isto é, documentos produzidos pelos Estados-Membros e pelos cidadãos da UE, países terceiros, organismos externos e outras partes interessadas. Ao contrário das restantes, os textos da categoria D não são produzidos com o intuito de serem futuramente publicados, sendo apenas para uso interno. Porém, as orientações de qualidade recomendadas para as categorias A, B e C podem ser também aplicadas a esta última.

Como nos indica a categoria D, para além das comunicações que partem da Comissão, também todas as que a ela são dirigidas, como queixas e/ou reclamações de cidadãos enviadas por carta e perguntas colocados pelos deputados do Parlamento Europeu, identificadas com o código QE, são traduzidas pela DGT. Geralmente, estas são traduzidas pelo Departamento de Inglês, uma vez que é a língua processual mais utilizada para comunicações por escrito.

1.3.3. Fluxo de Trabalho

Apesar de a tradução ser a tarefa central da DGT, o trabalho desta Direção-Geral não gira apenas em torno deste processo, havendo sempre etapas fulcrais a realizar pré e pós-tradução. Conforme estas etapas, o fluxo de trabalho da DGT divide-se em três fases distintas: a fase do pedido, a fase de atribuição e a fase da tarefa.

A fase do pedido inicia-se numa Direção-Geral que necessita dos serviços da DGT ao lançar um pedido para a tradução de um documento no sistema *Poetry*. Este *software* conta com uma pasta eletrónica na qual a DG pode colocar o pedido de tradução, o documento a traduzir e quaisquer outros documentos adicionais que sirvam de referência para o tradutor. Para além da rápida transmissão de informação, o *Poetry* disponibiliza os documentos em formato eletrónico, integrando-os no *Tradesk*, um sistema de arquivamento de documentos disponível aos tradutores (Comissão Europeia, 2012: 4).

De seguida, dá-se a fase de atribuição, geralmente realizada pelo Chefe de Unidade. Quando há um pedido de tradução, o Chefe de Unidade avalia as respetivas exigências associadas ao projeto, acabando por decidir qual o tradutor e o revisor mais adequados

para a tarefa. Na Unidade PT. 2, os primeiros projetos atribuídos aos estagiários são revistos pelo tradutor encarregue de os acompanhar, passando esta tarefa para outros tradutores apenas quando o estagiário já estiver familiarizado com o trabalho. Esta fase realiza-se com recurso ao sistema *Mandesk*, ferramenta com a qual o secretariado trabalha na distribuição de tarefas, na gestão de novas versões de documentos e na saída de projetos finalizados para as respetivas DGs.

A terceira fase consiste na tradução e revisão do documento. Após atribuída a tarefa, os tradutores recebem-na no *Tradesk*, um sistema no qual os profissionais podem consultar os seus projetos e os documentos relacionados, desde *job sheets*, documentos de referência e diferentes partes do mesmo projeto. O *Tradesk* apresenta um código de cores para distinguir os vários tipos de tarefas e as respetivas fases, tornando assim mais fácil para o tradutor encontrar determinados projetos. A distribuição é a seguinte: vermelho – projeto atribuído; amarelo – projeto criado; rosa – projeto enviado em revisão; roxo – projeto revisto; azul – projeto finalizado, mas que ainda não saiu para o *Poetry*; verde – projeto finalizado e entregue à respetiva DG.

O sistema *CAT Client* também tem o seu papel na fase da tarefa, uma vez que é um *software* de apoio à criação e gestão dos projetos ligado ao *Tradesk* e ao *Trados Studio*, a ferramenta CAT de eleição da DGT e de todos os serviços de tradução da União Europeia. Através do mesmo, os tradutores podem criar *Multidocs*, isto é, projetos que contam com mais do que um documento, facilitando assim o seu trabalho e, conseqüentemente, o do revisor, descarregar documentos de referência, memórias de tradução e tradução automática, enviar os projetos para revisão e carregá-los no *Tradesk* quando estes estão finalizados.

1.3.3. Departamento de Língua Portuguesa

O Departamento de Língua Portuguesa da DGT encontra-se dividido em três unidades sediadas em Bruxelas, Luxemburgo e Lisboa. A unidade PT.0, que se encontra nestes três locais, lida com questões administrativas, terminologia, coordenação linguística e coordenação de tradutores freelance. As restantes duas unidades, PT. 1 em Bruxelas e PT. 2 no Luxemburgo, são unidades direcionadas unicamente para a tradução, estando cada uma encarregue de determinadas DGs e entidades para as quais produz as traduções. Cada

uma das unidades de tradução conta com um chefe de unidade, que distribui o trabalho pelos membros da equipa e gere a unidade, realizando também trabalhos de tradução e revisão.

Atualmente, a Unidade PT. 1 é constituída por três assistentes, cuja principal função é a gestão de projetos e o apoio administrativo ao chefe de unidade, 26 tradutores e uma estagiária, perfazendo um total de 30 profissionais. Já a Unidade PT. 2, unidade da qual fiz parte também no papel de estagiária, conta com cinco assistentes, que, para além do trabalho de secretariado, realizam ainda traduções, e 22 tradutores, sendo assim constituída por um total de 28 profissionais. Esta unidade é baseada no Luxemburgo e os seus tradutores apresentam formações em diferentes áreas, sendo que a maioria pertence à área das línguas e da tradução, e apenas dois pertencem à área de direito, denominados tradutores juristas, e dois à área da engenharia e à área da biologia, aos quais chamamos tradutores especialistas. Uma vez que a grande maioria dos projetos que chegam à DGT e ao DLP englobam diversos domínios específicos, como engenharia, saúde e clima, tem havido uma enorme procura, nomeadamente na PT. 2, de tradutores com formação nas mais variadas áreas de modo a igualar o número de tradutores linguistas e a dar respostas às necessidades que alguns textos requerem. É de realçar, todavia, que existem tradutores linguistas cuja vasta experiência nas mais variadas áreas de especialidade permite-lhe trabalhar em todos os tipos de projetos.

Durante o meu estágio na PT.2 pude assistir à despedida de colegas que abriram as portas do Departamento de Língua Portuguesa, bem como à chegada de novas adições à equipa. Mais significativamente, o departamento, e a própria unidade, disseram adeus ao chefe de departamento, havendo assim uma mudança de chefia e a entrada numa nova etapa para toda a equipa.

1.3.3.1. 40 Anos da Língua Portuguesa na CE

O ano de 2022 marca o 40.º aniversário da chegada da tradução da língua portuguesa à Comissão Europeia. Por coincidir com a época do meu estágio, tive o privilégio de assistir a uma conversa com os profissionais que abriram o caminho para tantos outros no DLP, alguns dos quais ainda se encontram em funções.

Com a adesão de Portugal à União Europeia, a tradução tomou um papel crucial na preparação do país para esta grande transformação, tendo sempre como objetivo fazer o melhor possível para que Portugal correspondesse às expectativas e conseguisse responder às exigências da altura. Para tal, em outubro de 1982, começou o processo de recrutamento de profissionais através de provas de tradução realizadas em Bruxelas. No entanto, esta era uma altura ainda precoce no que diz respeito à formação em tradução em Portugal, resultando num conjunto de tradutores com formações muito diversas e sem qualquer tipo de experiência na área em questão, e apenas com um bom conhecimento de línguas e um bom domínio da nossa língua materna. Este fator levantou várias vezes a questão sobre a preferência de profissionais da área de tradução ou profissionais com outras formações técnicas, mas que detinham bons conhecimentos linguísticos. É importante ainda referir que antes de 1986, todo o material era traduzido nos respetivos ministérios em Portugal, pelo que a revisão era a principal atividade de trabalho destes novos tradutores.

Na década de 1980, o Serviço de Tradução da Comissão Europeia era bastante diferente daquilo que conhecemos hoje, contando com 100 a 120 pessoas, sendo que o atual Departamento de Português era apenas uma pequena divisão com um número escasso de tradutores. Ademais, a própria organização interna do Serviço era temática e não uma linguística, isto é, a divisão era feita por temas e pelos seguintes grupos:

Grupo A: questões gerais e questões administrativas;

Grupo B: relações internacionais, concorrência e questões económicas

Grupo C: agricultura e pesca

Grupo D: relações internacionais

Cada grupo tinha um chefe e era constituído por diversos tradutores de diferentes origens linguísticas. Na verdade, este modo de organização veio a enaltecer a importância da organização linguística, uma vez que é mais rentável e flexível.

Tal como muitos textos que chegam hoje em dia às mãos dos tradutores do Departamento de Língua Portuguesa, os textos na altura eram textos de cariz técnico cuja terminologia e fraseologia ainda eram desconhecidas. Por este motivo, os profissionais tinham ao seu dispor um conjunto de apoios que asseguravam a utilização correta da linguagem

específica, como por exemplo especialistas das respetivas áreas baseados em Portugal e contratados para auxiliar a tradução.

Métodos de Trabalho

Hoje em dia, o processo de tradução é auxiliado pelo computador e pelas ferramentas que este oferece, uma opção que não era possível no início da década de 1980. Por esta mesma razão, as diversas etapas deste processo eram mais demoradas e mais trabalhosas do que atualmente. As traduções eram feitas à mão ou ditadas, com recurso ao *Dictaphone*⁵, e, de seguida, datilografadas por datilógrafas ou secretárias com recurso a uma máquina de escrever, um método incompatível com a atualidade dado o cariz mais técnico e mais complexo dos textos que são hoje traduzidos. Na fase de revisão, todas as correções eram feitas com recurso ao corretor e a versão revista teria que ser datilografada novamente. Porém, alguns dos recursos utilizados permaneceram ao longo dos anos, como é o caso do Manual de Tradução, que mais tarde inspirou o atual Guia do Tradutor, e o Glossário de Direito Primário, ambos elaborados pela equipa linguística.

O trabalho de terminologia era também dificultado pela falta de tecnologia, sendo a principal fonte a biblioteca e os documentos de referência que acompanhavam as traduções. As fichas terminológicas eram em papel e eram colocadas em caixas, juntamente com os artigos que ajudavam a explicar a escolha do termo utilizado e que continham informação complementar. Apesar de já existir, na altura, uma base de dados terminológica das instituições da União Europeia, a *Eurodicautom* (atualmente *IATE*), os tradutores recorriam escassamente a esta ferramenta devido à sua fraca qualidade.

1.3.3.2. Processo de Tradução

A tradução é acompanhada por vários processos complementares que ajudam o tradutor a realizar um trabalho de qualidade e de acordo com os parâmetros necessários para que o produto final seja o esperado e corresponda às expectativas do cliente, cumprindo o principal objetivo de comunicação.

⁵ O *Dictaphone* surgiu na CE em meados da década de 1960 e era utilizado para gravar as traduções ditadas pelos tradutores.

Antes de darmos início a uma tradução, é importante inteirarmo-nos do contexto em que esta se insere e também consultar as notas deixadas pelo autor e pela DG que enviou o pedido para tradução. Na DGT, cada projeto é acompanhado por uma ficha denominada *job sheet*, que apresenta ao tradutor toda a informação necessária relativamente ao texto em mãos. Para além de prazos, número de páginas e a categoria em que o texto se insere, a *job sheet* inclui questões essenciais para a tradução, como a correspondência com a memória de tradução existente, a localização de hiperligações ou possíveis segmentos que sejam para não traduzir. O documento indica também o contacto do(s) autor(es) e da DG de origem para a eventualidade de surgirem dúvidas relacionadas com o TP. Apesar de todos estes detalhes constarem na página do projeto no *Tradesk*, a *job sheet* facilita a sua consulta, concentrando tudo num só formato de rápido acesso. Antes de criar e iniciar o projeto é também essencial verificar as respetivas referências, ou seja os documentos que acompanham o projeto e que nos dão mais informação sobre o seu contexto. Como já referido, estas podem ser atos legislativos mencionados no texto, no caso das traduções jurídicas, ou, no caso da correspondência, cartas enviadas à Comissão ou formulários de queixa. É ainda importante descarregar para o projeto todos os recursos disponíveis, como memória de tradução, tradução automática e dados de projetos semelhantes, através do *CAT Client*.

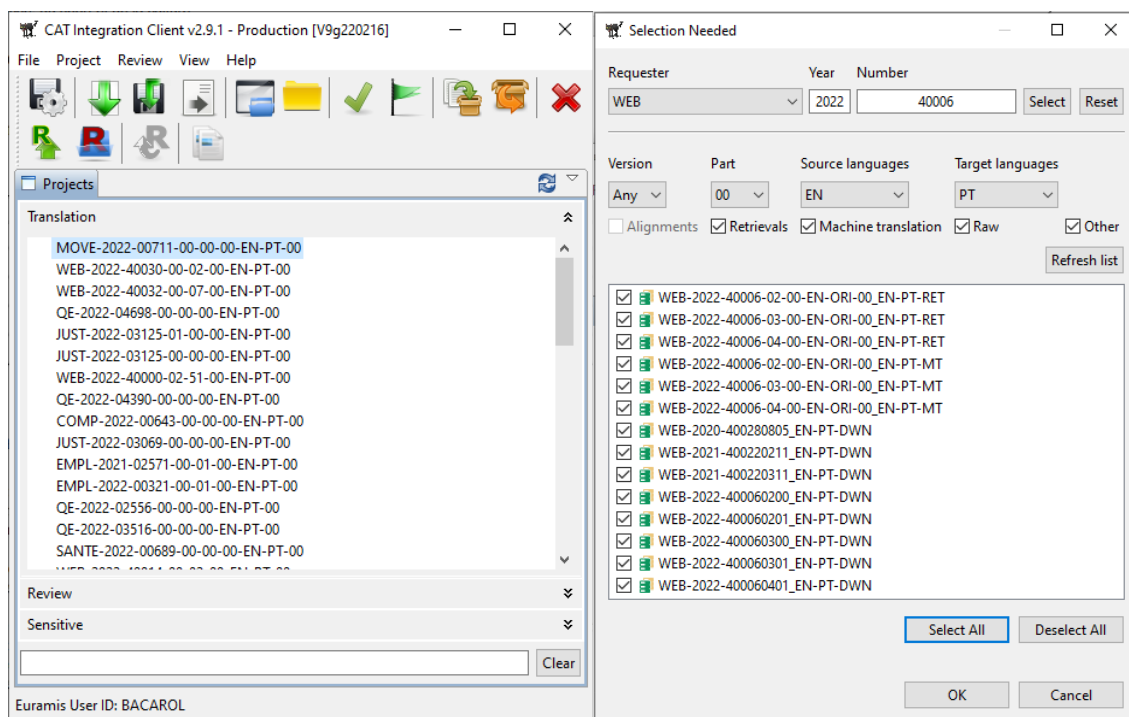


Figura 1 – Apresentação do *CAT Client* e exportação de recursos

Aquando a criação do projeto no *Tradesk* é importante ter em conta o tipo de projeto de que se trata. Quando estamos perante um projeto que engloba vários documentos, o ideal é criar um *Multidoc*, facilitando assim o trabalho do tradutor, bem como o trabalho do revisor, e garantindo uniformidade entre todos os documentos. No que diz respeito às novas versões de projetos previamente realizados, o *CAT Client* oferece a funcionalidade *perfect match*, que permite a junção do documento já traduzido com a respetiva versão mais recente, deixando apenas por traduzir os segmentos que sofreram alterações ou que foram adicionados.

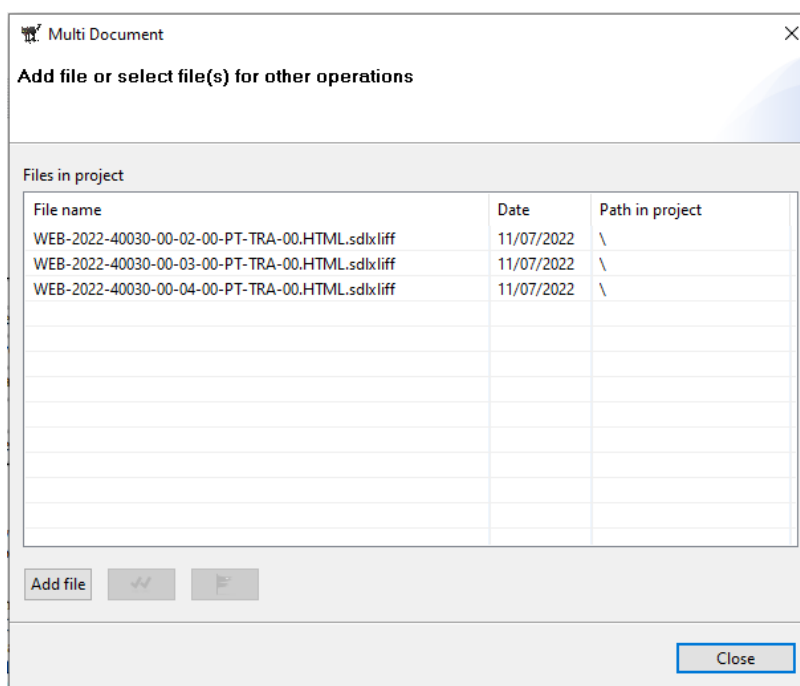


Figura 2 – *Multidoc* no *CAT Client*

Ao longo da tradução, com recurso à ferramenta *CAT Trados Studio*, os tradutores da DGT têm ao seu dispor inúmeros recursos que os auxiliam nas tarefas em mãos. Nesta fase, o contacto com o revisor é de extrema importância, uma vez que permite esclarecer dúvidas e tomar certas decisões de tradução em conjunto, fomentando sempre o trabalho em equipa entre os profissionais da unidade. Esta relação com o revisor mantém-se até à entrega final do projeto, uma vez que, dado a carga de trabalho de cada um dos profissionais, é importante avisar o revisor quando o projeto é enviado para revisão e, de seguida, após verificar as alterações feitas e levantar possíveis dúvidas, exportar a tradução para o *Tradesk* através do *CAT Client*. É igualmente essencial que, antes de

notificar o secretariado da unidade para dar saída ao projeto, tanto o tradutor como o revisor confirmem a formatação do documento.

1.3.3.3. Intervenientes no Processo de Tradução

A tradução pode por vezes ser vista como uma profissão solitária, dado que muitos consideram que apenas o tradutor trabalha na tradução de um texto. Porém, até mesmo nesta área, o trabalho em equipa tem um papel fulcral para que o produto final cumpra com os objetivos e expectativas, nomeadamente a adequação ao público-alvo e à cultura de chegada. Ao longo do seu percurso profissional, um tradutor irá sempre deparar-se com tópicos e especialidades com os quais não está familiarizado, precisando de recorrer a outros intervenientes que complementem os seus esforços e que o auxiliem no processo de tradução. Assim, o processo de tradução em geral conta com a participação de vários intervenientes e o trabalho na DGT não é diferente, havendo, por vezes, a intervenção de revisores, especialistas, terminólogos, linguistas e até dos próprios autores do TP.

Autores

Grande parte dos textos redigidos na Comissão Europeia tem de ser elaborada dentro de prazos curtos, pois a divulgação de informação por parte desta instituição tem de ser feita de forma rápida para acompanhar a necessidade do público. Como consta no artigo 3.º do Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia, atualmente conhecida como União Europeia, esta informação tem que ser disponibilizados a todos cidadãos europeus nas suas línguas maternas. Posto isto, os próprios autores dos textos também lidam com prazos limitados, o que pode criar margem para erros, uns mais significativos que outros. Aquando da tradução, o tradutor tem de prestar especial atenção ao conteúdo do TP, sendo capaz de detetar possíveis erros de redação ou erros factuais.

Estes tipos de erros podem ser especialmente prejudiciais em textos da área de Direito. Para que sejam evitados, é extremamente importante tomar atenção às traduções anteriores, garantindo uma linguagem coerente entre os textos jurídicos. Aquando a realização de um projeto para a Direção-Geral da Justiça e Consumidores (JUST), deparei-me com várias referências a um documento legislativo, nas quais eram citados

alguns artigos desse mesmo documento. Ao consultá-lo para assegurar que a minha tradução era coerente com a respetiva versão da língua portuguesa reparei que o número de um dos artigos referidos no TP estava incorreto, uma vez que a citação feita era retirada de um artigo diferente. Perante esta situação, foi necessário contactar o autor do texto, bem como quem distribui o projeto, alertando para esta gralha, sendo a única solução a criação de uma nova versão, independentemente de a alteração a fazer ser pequena. Tal gralha poderia comprometer a veracidade do texto, bem como gerar confusão no público-alvo. Caso o autor não tivesse sido contactado e a alteração tivesse sido feita diretamente no TC, a memória de tradução não corresponderia ao TP.

Revisores

O contacto com o revisor atribuído ao nosso projeto é fulcral desde o primeiro momento. Como previamente mencionado, um dos primeiros passos a dar é falar com o revisor, um tradutor mais experiente que nos pode alertar para as especificidades do texto e dos temas que este aborda, aconselhando-nos sobre como prosseguir. É importante discutir ideias relativas ao texto e opções de tradução, bem como expor dúvidas que possam surgir ao longo do processo de tradução, tornando assim mais fácil não só o trabalho do revisor aquando da fase de revisão, como também o trabalho do próprio tradutor.

Apesar de o tradutor ter a palavra final no que diz respeito à tradução, podendo aceitar ou não as alterações propostas pelo revisor, o caso dos estagiários na Unidade PT. 2 diverge um pouco. Os tradutores estagiários aceitam todas as revisões feitas, atentando nas escolhas do profissional mais experiente como método de aprendizagem. É necessário interiorizá-las de modo a que possam ser aplicadas em futuros projetos, evitando cometer os mesmos erros.

Especialistas

A equipa da Unidade PT. 2 conta com uma enorme diversidade de tradutores, nomeadamente no que toca às suas áreas de especialidade. Os tradutores especialistas detêm conhecimentos aprofundados sobre determinadas áreas, sendo uma mais-valia para textos altamente especializados de DGs que produzem conteúdo de teor técnico e científico. Como já foi referido, a contratação deste tipo de profissionais tem vindo a ser

uma prioridade do Departamento de Língua Portuguesa. Ainda assim após alguns anos como membros desta DG que, ao fim ao cabo, lida com os mais diversos domínios devido ao seu trabalho horizontal com os diferentes serviços da Comissão Europeia, muitos dos profissionais acabam por se especializar devido aos inúmeros projetos que realizam para uma determinada Direção-Geral.

Como estagiária, é importante o contacto com estes tradutores para me familiarizar com as especificidades de determinadas áreas. A possibilidade de recorrer a profissionais que lidam diariamente com temas que anteriormente me eram desconhecidos é uma vantagem para o trabalho em mãos, dado que ajuda a garantir que o resultado final esteja em conformidade com as regras de redação e coerente não só com a terminologia existente, mas também com as traduções de projetos previamente realizados. Uma vez que os textos de partida, geralmente redigidos em inglês, nem sempre são escritos por falantes nativos e por vezes são elaborados dentro de prazos limitados, podem conter erros que dificultam a compreensão. Num dos projetos que me foram atribuídos para a DG SANTE, foi necessário recorrer a colegas da unidade especializados nesta DG para conseguir interpretar alguns excertos do TP, dado que as suas estruturas fráscas causaram alguma dificuldade na compreensão e na própria tradução. Este contributo permitiu-me avançar com a tarefa, fazendo as alterações necessárias no TC e aperfeiçoando a estrutura do seu conteúdo.

Equipa Linguística

Apesar de os tradutores especialistas poderem auxiliar no que diz respeito a questões terminológicas dado o seu vasto conhecimento sobre determinadas áreas, existem casos em que os tradutores não são capazes de encontrar uma solução, nomeadamente quando a LC não tem um equivalente adequado de um termo da LP.

Cada departamento da DGT conta com uma equipa linguística constituída por terminólogos, a tempo integral ou a tempo parcial, que gere toda a terminologia que parte da Comissão Europeia. Para além da criação de terminologia para a *IATE*, a equipa linguística do DLP realiza também pesquisas terminológicas para auxiliar os tradutores quando estes se deparam com uma dificuldade durante a tradução. Isto pode acontecer quando surge um termo no TP que ainda não está inserido na *IATE* ou que não apresenta

ainda uma tradução oficial na língua do TC. Caso o termo original seja algo complexo que dificulta a escolha do tradutor, o auxílio da equipa linguística é fulcral.

1.3.3.4. Recursos de Apoio à Tradução

Na Comissão Europeia, a tradução é utilizada como instrumento de disseminação de informação, bem como um meio de inclusão dos cidadãos do espaço europeu. Posto isto, os tradutores têm em mãos uma tarefa de extrema importância e responsabilidade, para a qual necessitam de gerir recursos e elaborar estratégias que assegurem a sua qualidade e adequação e que os auxiliem durante todo o processo. Como já apresentado anteriormente, a DGT trabalha com diferentes tipos de textos, cada um com as suas especificidades no que diz respeito ao registo, estilo, linguagem e terminologia utilizada, sendo necessário adaptar as estratégias de tradução mais gerais consoante o projeto em mãos (Gambier, 2010: 413). As competências adquiridas no MTSL equiparam-me para realizar as tarefas e solucionar os desafios com que me deparei como estagiária no DLP, tanto nos projetos de tradução como nos projetos de terminologia. Para além de aperfeiçoar estas competências, fiquei a conhecer novas metodologias, que facilitaram o trabalho com o avançar da experiência.

Todos os processos de tradução nas instituições europeias são influenciados por projetos anteriores, isto é, caso determinadas passagens já tenham sido anteriormente traduzidas, é necessário que a tradução anterior seja mantida nos novos documentos, assegurando a coerência entre os textos oficiais. Esta reciclagem de traduções prévias é um dos principais métodos de tradução desta instituição e garante também que a terminologia, um elemento essencial na tradução para a CE e que requer especial atenção, se mantem inalterada. Os tradutores da DGT, bem como dos restantes serviços de tradução das instituições da UE, dispõem de um leque de ferramentas de tradução desenvolvidas com este mesmo propósito, que apresentam dados de projetos anteriores e facilitam o trabalho do tradutor.

IATE

A *IATE* (*Interactive Terminology for Europe*) é a base de dados terminológica comum a todas as instituições da União Europeia, resultando da fusão de diferentes BDTs individuais de diversas instituições, como a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu,

o Conselho da União Europeia e o Tribunal de Justiça. Atualmente, conta com mais de 8 milhões de termos e meio milhão de abreviaturas em todas as línguas oficiais da UE, bem como em Latim, uma vez que vários domínios abordados em contexto europeu, nomeadamente o domínio jurídico, utilizam termos específicos nesta língua. Esta ferramenta é imprescindível à tradução uma vez que, para além de auxiliar os tradutores quando estes se deparam com textos altamente especializados, padroniza a terminologia, torna o seu acesso mais fácil e assegura a coerência dentro do mesmo domínio.

A *IATE* é desenvolvida e administrada por uma equipa interinstitucional e os seus conteúdos são geridos pelas equipas linguísticas de cada departamento da DGT. Por sua vez os próprios tradutores também podem acrescentar novas entradas na BDT. As pesquisas de termos e abreviaturas podem ser ainda precisas aos especificarmos o domínio ou contexto do que procuramos, e os resultados apresentam elementos como a instituição de origem, a fiabilidade e a definição (Comissão Europeia, 2012: 9).

EUR-Lex

O *EUR-Lex* é um repositório *online* que engloba todas as publicações relativas à legislação da UE, desde tratados, documentos de direito derivado, atos preparatórios, medidas de transposição para a legislação nacional, perguntas parlamentares (QE), jurisdição europeia e textos consolidados (Comissão Europeia, 2012: 8). É possível ainda consultar o Jornal Oficial da União Europeia (JO) na íntegra. Estas publicações podem ser encontradas em todas as línguas oficiais da UE, salvo raras exceções, e estão acessíveis gratuitamente ao público em geral desde 2001, substituindo o *CELEX*.

Os tradutores podem aceder ao conteúdo desta plataforma via *Web* ou indiretamente através das ferramentas *Euramis* e *Quest*. O *EUR-Lex* é extremamente útil para as traduções jurídicas, uma vez que permite que os tradutores verifiquem textos referidos, como diretivas ou regulamentos, e possam traduzir de acordo com os mesmos, optando pela mesma terminologia, títulos e expressões. Este repositório auxilia também noutros tipos de traduções, podendo o tradutor verificar como certas frases são traduzidas segundo a linguagem institucional da CE.

Euramis

O sistema *Euramis* (*European Advanced Multilingual Information System*) é a memória de tradução centralizada da DGT, uma plataforma que combina bases de dados terminológicas, tradução assistida por computador e tradução automática, sustentada pelos diversos serviços de tradução de diferentes instituições europeias (Comissão Europeia, 2012: 14). O projeto foi lançado em 1995 pela Comissão Europeia com o intuito de fazer frente ao trabalho repetitivo dos tradutores e contribuir para um melhor controlo de qualidade. Para além dos profissionais da CE, também os que trabalham no serviço de tradução das restantes instituições podem aceder ao sistema.

O *Euramis* armazena e exporta memórias de tradução de todos os projetos de tradução que remontam até o ano de 1990, para que estas possam ser reutilizadas pelos tradutores em outros projetos, economizando o tempo. Geralmente, todos os dados são disponibilizados aquando do início de um projeto através da exportação de recursos no *CAT Client*, mas é também possível obtê-los manualmente através da plataforma. A funcionalidade de concordância foi a mais utilizada ao longo do meu estágio, pois permitiu-me comparar diferentes memórias de tradução durante a pesquisa de expressões que suscitaram alguma dúvida. A função de procura de documentos foi também útil, nomeadamente na tradução de textos jurídicos nos quais são referidas diferentes legislações. Esta permitiu encontrar as traduções destas referências, podendo descarregar diretamente para os recursos do *CAT Client* e acrescentá-las ao projeto a decorrer.

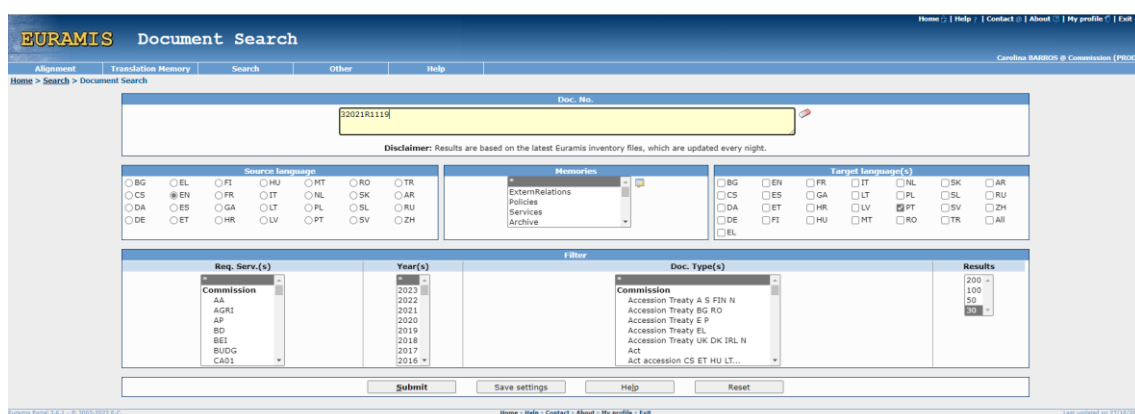


Figura 3 – Pesquisa de documentos no *Euramis*

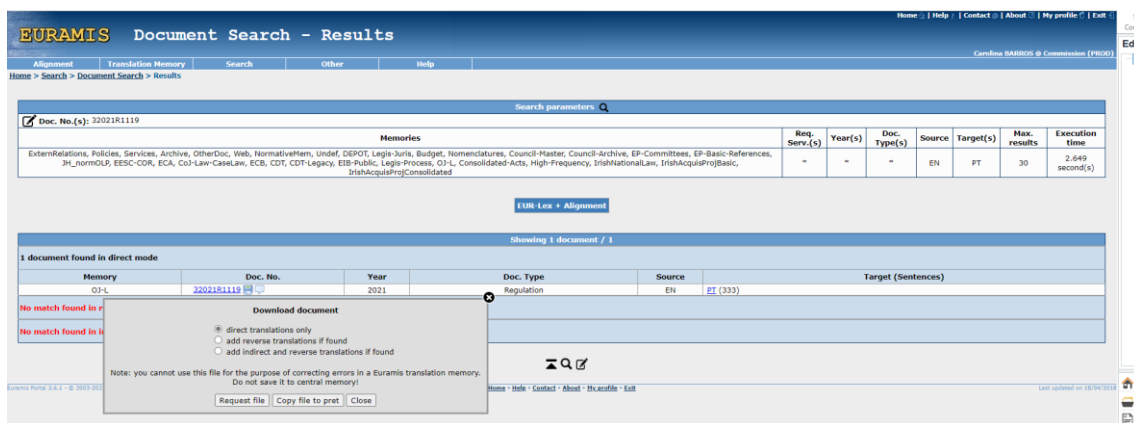


Figura 4 – Descarregamento de documentos do *Euramis* diretamente para o *CAT Client*

Quest

A ferramenta *Quest* é um ‘metapesquisador’ desenvolvido pela DGT que engloba numa só interface os resultados de pesquisa da *IATE*, do *Euramis* e do *EUR-Lex*, apresentando os respetivos dados simultaneamente. Está disponível para todas as instituições europeias e visa acelerar o processo de pesquisa e, conseqüentemente, o processo de tradução. É possível selecionar a língua de partida e até três línguas de chegada, bem como especificar quais as bases de dados que queremos incluir na pesquisa.

Para otimizar o trabalho, a ferramenta CAT utilizada pela DGT, *Trados Studio*, oferece um atalho (Ctrl + Q) que nos leva diretamente ao campo de pesquisa do termo ou expressão selecionada. Isto torna a tarefa mais rápida e mais prática para os tradutores.

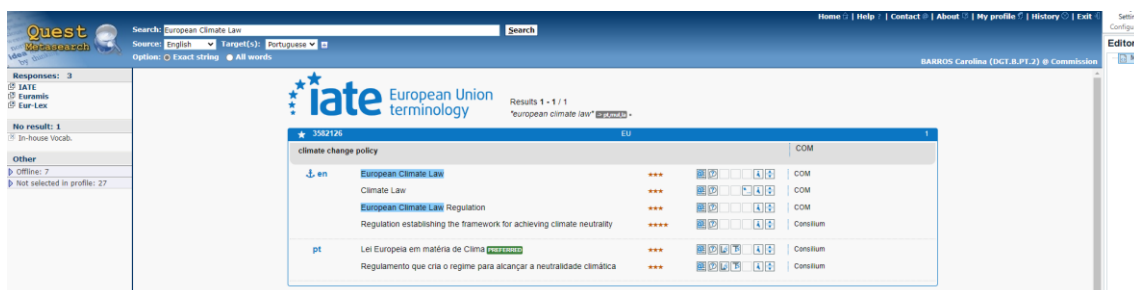


Figura 5 – Resultados da *IATE* no *Quest*

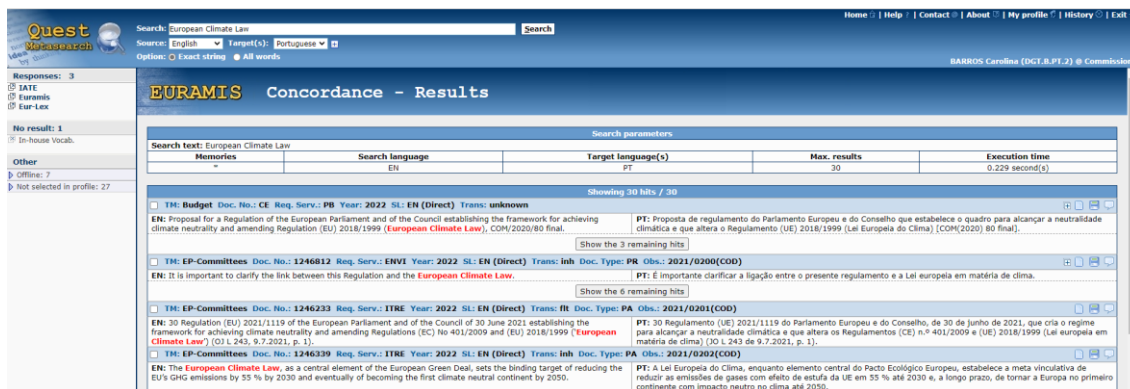


Figura 6 – Resultados do Euramis no Quest

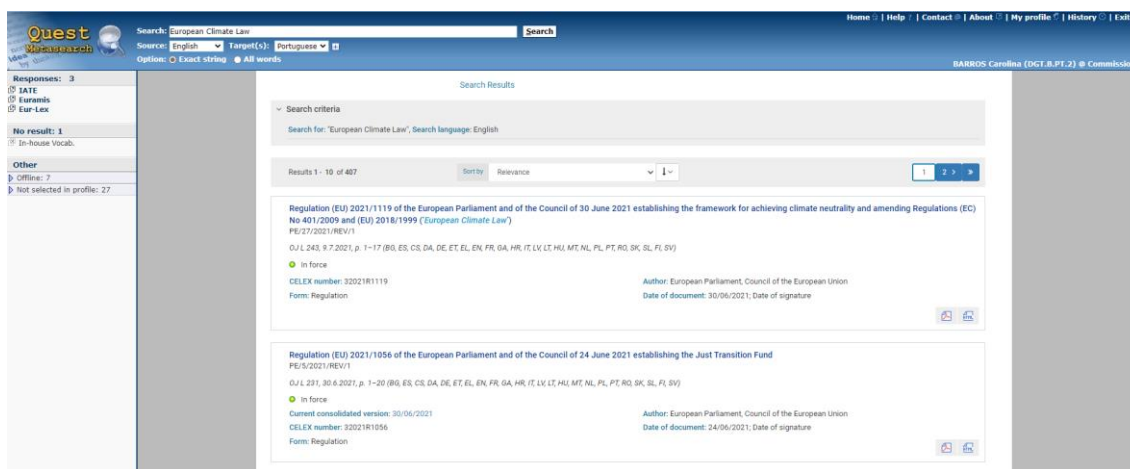


Figura 7 – Resultados do EUR-Lex no Quest

eTranslation

As primeiras tentativas da CE de desenvolverem tecnologias de tradução automática (TA) remontam aos '60 do século passado, mas foi apenas na década seguinte que a CE adquiriu um sistema de TA, designado ECMT (*European Commission Machine Translation*). Este manteve-se em uso até 2010, quando foi substituído pelo MC@EC (Comissão Europeia, 2021: 91). Atualmente, o sistema de TA adotada pelas instituições da UE é o *eTranslation* é, desenvolvido pela DGT em 2017. Este sistema utiliza uma nova tecnologia de TA neuronal que engloba dados multilingues de memórias de tradução da CE e das restantes instituições, melhorando a rapidez dos projetos e a sua qualidade linguística. Esta ferramenta de TA está ainda disponível para os funcionários públicos das instituições e para universidades, administrações públicas e pequenas e médias empresas por toda a União Europeia.

Código de Redação Interinstitucional

Tal como previamente referido, a linguagem na CE é controlada de forma a uniformizar a redação dos textos, uma vez que estes são o espelho da instituição. Com vista garantir esta uniformização, foi criado o Código de Redação Interinstitucional, adaptado a cada uma das 24 línguas oficiais. Assim, as disparidades anteriormente existentes entre os textos oficiais foram corrigidas, contribuindo para a coerência e o rigor da informação divulgada pelas várias instituições.

Este código é essencial para os tradutores, uma vez que as diferentes versões linguísticas, termo utilizado na CE para fazer referências às traduções, devem também manter coerência entre si. O estilo e a terminologia utilizados devem ser iguais em todas as línguas, sobretudo nos documentos legislativos. Ao estabelecer uma linguagem de escrita comum, a instituição assegura que a legislação é interpretada de igual forma por todos, independentemente da língua materna dos cidadãos.

Guia do Tradutor

O *Guia do Tradutor* foi um dos maiores auxílios ao longo do estágio. Desenvolvido pela equipa linguística do Departamento de Língua Portuguesa da DGT, este recurso visa garantir a normalização e qualidade das traduções portuguesas nas diferentes instituições europeia através de um conjunto de regras e princípios que incidem nos projetos e nas escolhas a tomar ao longo do processo de tradução. A edição mais recente, atualizada em 2020, encontra-se dividida em dois capítulos: o primeiro, “Tradução para a Comissão Europeia”, é dedicado unicamente à tradução jurídica e às especificidades dos atos jurídico, como a numeração dos artigos e as expressões frequentemente utilizadas nas epígrafes, enquanto o segundo, “Regras e convenções gerais”, engloba regras gerais relacionadas com todo o tipo de tradução e que podem surgir em qualquer tipo de texto, como a ordem de citação dos Estados-Membros (cf. 1) e das respetivas línguas e expressões utilizadas na correspondência. Este guia aborda ainda questões gramaticais, uma vez que não basta ter um bom domínio da LP para saber traduzir, é necessário principalmente ter um excelente domínio da escrita da LC, neste caso da nossa língua materna. Estas regras gramaticais incidem na utilização de tempos verbais, como por exemplo em considerandos, dispositivos e acordos (cf. 2), e na colocação dos pronomes

átonos, entre outros. Abaixo apresentam-se excertos do Guia do Tradutor para exemplificar alguns dos casos em que este recurso me foi útil.

(1) Ordem de citação dos Estados-Membros

Na DGT, quando estamos perante um texto em inglês e existe uma menção dos 27 Estados-Membros, podemos notar que estes não se encontram pela ordem alfabética. Segundo o Guia do Tradutor, os Estados-Membros devem ser citados pela ordem protocolar, isto é, a ordem alfabética das designações oficiais dos nomes geográficos na língua original de cada um (Departamento de Língua Portuguesa, 2020: 151). Assim, a ordem em português deve ser mantida.

EN	PT
Belgium, Bulgaria, Czechia, Denmark, Germany, Estonia, Ireland, Greece, Spain, France, Croatia, Italy, Cyprus, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Hungary, Malta, Netherlands, Austria, Poland, Portugal, Romania, Slovenia, Slovakia, Finland, Sweden.	Bélgica, Bulgária, Chéquia, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia.

Contudo, quando os Estados-Membros são mencionados em conjunto com Estados terceiros, é utilizada a ordem alfabética portuguesa: “Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, China”.

(2) Tempos verbais nos acordos

O Guia do Tradutor foi elaborado com recurso ao Código de Redação Interinstitucional, o que alia as regras de escrita institucional para a língua portuguesa com a tradução a partir da língua inglesa. Os textos jurídicos apresentam inúmeras características distintas, a algumas das quais, por vezes, não prestamos a maior das atenções, como é o caso dos tempos verbais utilizados. O guia alerta para o facto de os acordos constituírem ‘compromissos’ e não ‘obrigações’ para as partes interessadas uma vez que são

celebrados de livre vontade, e o mesmo deve refletir-se na linguagem utilizada (Departamento de Língua Portuguesa, 2020: 133-134). O verbo auxiliar inglês “*shall*” é utilizado neste tipo de documento legislativo, e caso optássemos por uma tradução literal do tempo verbal, este seria traduzido para o verbo “dever”, o que exprime um sentido de obrigação. Contudo, como indicado, os acordos formulam apenas compromissos. Neste caso, o guia indica que, em português, utiliza-se o presente do indicativo, sem recurso ao verbo auxiliar.

EN	PT
The parties shall co-operate with each other, in accordance with the provisions of this Convention.	As Partes cooperam entre si, em conformidade com as disposições da presente Convenção.

Memórias de Tradução

As memórias de tradução desempenham um papel fulcral em qualquer processo de tradução, sendo um braço direito para o tradutor e facilitando o seu trabalho em termos de qualidade e tempo. Na DGT, estas são um enorme auxílio no fluxo de trabalho, dado que são disponibilizadas aos tradutores no momento em que o projeto é criado, contando com segmentos previamente traduzidos e semelhantes aos do texto em mãos. A possibilidade de recorrer a traduções anteriores permite manter um determinado nível de coerência entre os textos oficiais e entre as diferentes traduções, nomeadamente no que toca à terminologia e a algumas expressões chave. As ferramentas que estão ao dispor dos tradutores da DGT, como a *IATE*, o *Euramis* e o *EUR-Lex*, complementam este princípio de economia e reutilização de traduções e serão desenvolvidas mais à frente.

Contextualização e Referências

Em qualquer projeto de tradução é essencial que o tradutor esteja a par do contexto em que o texto em mão se insere, podendo tomar decisões conscientes relativas à tradução. Os projetos que chegam à DGT são geralmente acompanhados por um conjunto de documentos que devem ser consultados e analisados antes de dar início ao processo de tradução, como a ficha informativa que acompanha cada projeto. Um dos melhores

exemplos para este tipo de casos é a tradução de correspondência, isto é, respostas a carta redigidas pelos cidadãos europeus. Durante o meu estágio, sempre que me era atribuído um projeto deste cariz, este era acompanhado pela carta enviada à Comissão, por vezes em formato de formulário quando esta se tratava de uma queixa formal. Ademais, as questões parlamentares, um dos tipos de texto que mais traduzi, eram também acompanhadas por dois documentos essenciais para a compreensão do texto a traduzir: a questão colocada pelo membro do parlamento na língua original, português, e a respetiva tradução em inglês, realizada pelo Departamento de Inglês.

Porém, nem todos os projetos eram enviados com este tipo de suporte. No caso dos textos do foro jurídico, quando o texto continha referências a atos legislativos, o próprio tradutor teria que pesquisar esses documentos, podendo recorrer ao *Euramis* ou ao *EUR-Lex*, não só para se contextualizar, mas também para aplicar a terminologia correta.

1.4 Terminologia na União Europeia

Os textos produzidos para e por as instituições da União Europeia enquadram-se em diversos domínios, alguns cuja especificidade requer a utilização rigorosa de terminologia técnica do domínio em questão. Para tal, é necessária uma base de dados terminológica que auxilie os tradutores durante as suas tarefas e que assegure a coerência entre textos do mesmo domínio e no âmbito do vocabulário utilizado.

As instituições da União Europeia viram-se assim obrigadas a trabalhar com bases individuais, sendo de destacar as seguintes: *Euradicautom* (Comissão Europeia), *Euterpe* (Parlamento Europeu), *TIS* (Conselho da União Europeia) e *CDTERM* (Tribunal de Justiça). Entre as quatro, a BDT da Comissão era a mais completa e com maior dimensão, dado que as restantes transferiam periodicamente os seus conteúdos para a mesma. Paralelamente, outras instituições mais pequenas, como o Banco de Investimento Europeu e o Tribunal de Contas, tinham também a sua base de dados interna. Contudo, outras, como o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões, não tinham qualquer ferramenta que gerisse a sua terminologia (Johnson & MacPhail, 2000: 2). Uma vez que os recursos disponíveis para a utilização e gestão destas bases de dados terminológicas

eram escassos, as alterações feitas demoravam cerca de seis meses e apresentavam uma qualidade bastante fraca em comparação com aquilo a que estamos habituados atualmente.

1.4.1. IATE

A crescente necessidade de um sistema de terminologia eficiente e eficaz que pudesse ser partilhado por todas as instituições, agências e órgãos europeus levou a um projeto para a criação de uma BDT central, lançado a 1999 e implementado pelo Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia (CdT). O principal objetivo desta iniciativa era colmatar as dificuldades existentes advindas da falta de acesso a dados terminológicos atualizados relativos a todas as instituições da UE através de um ponto único de acesso a todos os recursos existentes (Johnson & MacPhail, 2000: 3).

Através da fusão das diferentes bases de dados terminológicas das principais instituições surgiu a *IATE (Interactive Terminology for Europe)*, fornecendo toda a terminologia utilizada nos textos oficiais nas 24 línguas oficiais, bem como em latim para alguns casos específicos. Esta ferramenta, que fiquei a conhecer durante o meu percurso como estudante de tradução e à qual recorro com regularidade, é utilizada pelos vários órgãos da União Europeia desde 2004, sendo disponibilizada ao público gratuitamente desde 2007. Atualmente, a *IATE* conta com mais de 8 milhões de termos e mais de 920 mil fichas terminológicas, sendo que a CE produz o maior número de ambos, bem como oferece maior número de línguas.

1.4.1.1. Criação de Terminologia e Fichas Terminológicas

Apesar de a *IATE* ser uma ferramenta extremamente diferente daquela que utilizei para criar fichas terminológicas no contexto do MTSL, e com uma interface e algumas funcionalidades bastante distintas, os conteúdos principais das fichas terminológicas são universais. Para além do termo e da respetiva definição, elementos como o tipo de termo, o número, o género, o domínio, o contexto e o autor, ou titular, no contexto da *IATE*, podem ser encontrados em típicas fichas terminológicas. Porém, tendo em conta o ritmo acelerado do trabalho na Comissão Europeia e, nomeadamente, na DGT, existe sempre

uma vasta demanda por terminologia que deve ser atendida com a maior prontidão, o que significa que é necessário dar prioridade a certos elementos. Posto isto, componentes como a definição e o contexto não são obrigatórios, apesar de recomendadas. As fichas estão ainda divididas por dois níveis: o nível linguístico, onde se encontra a definição, e o nível do termo, onde se preenche a ficha na totalidade. A criação de terminologia para a *IATE*, nomeadamente a elaboração das fichas terminológicas, requer algumas etapas de modo a que esta tarefa seja levada a cabo com o maior cuidado e rigor possíveis. Cada termo tem um número *IATE* associado segundo o qual podemos encontrar os diferentes equivalentes nas diferentes línguas e é a partir deste número que o terminólogo tem acesso à respetiva ficha.

Termo e Referência

Por vezes, quando um projeto é atribuído, este poder ser acompanhado por um documento de referência no qual todos os termos podem ser encontrados, facilitando o trabalho do terminólogo. Este suporte pode ainda ser encontrado nas fichas terminológicas de outras línguas que já tenham sido criadas, sendo o primeiro passo neste processo de criação de terminologia a verificação das referências dos termos já existentes nas restantes línguas. Caso estas referências sejam documentos oficiais da União Europeia ou conteúdo criado e publicado pelos seus órgãos, e caso se confirme a existência de uma versão na língua para a qual estamos a trabalhar, neste caso o português, a tarefa em mãos é facilitada, não sendo necessário uma procura extensiva pelos termos equivalentes. Nestas situações, o terminólogo poderá então ter tempo para se dedicar às definições e aos contextos.

Porém, nem sempre se verifica esta situação, tendo o profissional de fazer uma pesquisa de acordo com fontes fiáveis. Para a equipa linguística do DLP deve ser dada prioridade a referências de instituições de ensino superiores (relatórios, teses e dissertações de mestrados e doutoramentos, fontes científicas (artigos) ou a instituições governamentais (legislação e regulamentos). Nestes casos, é necessário manter um olho crítico na eventualidade de nos depararmos com diversas hipóteses, escolhendo a mais adequada ao domínio em questão, que é sempre previamente estabelecido pela equipa linguística. Após escolhido o termo, é importante ainda definir o seu tipo, havendo as hipóteses de ser considerado abreviatura, fórmula ou expressão.

Definição e Contexto

Como já referido, a definição e o contexto nem sempre são elementos obrigatórios nas fichas terminológicas da *IATE*. Contudo, uma vez que me foi permitido dedicar um determinado período de tempo somente à terminologia, optei por completar sempre estes componentes, que considero muito úteis para os utilizadores de terminologia, nomeadamente os tradutores. A criação de definições não era uma tarefa que me era desconhecida, uma vez que a pude aprender e desenvolver no MTSL, colocando-a agora em prática em todos os projetos de terminologia que me foram atribuídos ao longo do estágio. Em situações em que o documento de referência do termo conta com uma definição expressa e clara, o terminólogo pode e deve utilizá-la. É possível ainda criá-la através da junção de diferentes excertos, sendo sempre obrigatório referir que é uma adaptação ao incluir antes da referência “COM-PT, cf.”, o que indica que foi criada pela equipa linguística portuguesa da Comissão Europeia e que deve ser confrontada com (cf.) o documento de referência. Em último recurso, caso este exemplo não seja possível, os terminólogos recorrem às definições de outras línguas, geralmente ao inglês, e traduzem o conteúdo.

No que diz respeito ao contexto, este é sempre constituído por um ou mais excertos de uma ou mais fontes, e é especialmente importante para termos sinónimos pertencentes a diferentes domínios. Quando o excerto utilizado para o contexto coincide com o da definição, não se justifica o preenchimento deste campo.

Fiabilidade

A fiabilidade é um elemento característico das fichas terminológicas da *IATE* que indica se o termo está correto e atualizado. Este campo só pode ser alterado por terminólogos, geralmente pelo Coordenador de Terminologia, uma vez que alguns dos níveis de fiabilidade são gerados automaticamente.

O nível 0 (sem estrela: reduzido antes de ser eliminado) diz-nos que a ficha é para apagar. Como esta é uma funcionalidade que a *IATE* já oferece manualmente, isto é, já é possível a ficha ser eliminada completamente pelo terminólogo, este nível caiu em desuso. O nível 1 (uma estrela: fiabilidade não verificada) é atribuído automaticamente aos termos que são criados numa determinada língua por falantes não-nativos. Este pode apenas ser

alterado por um terminólogo ou por um falante nativo. O nível 2 (duas estrelas: fiabilidade mínima) é automaticamente atribuído a termos criados ou atualizados numa determinada língua por falantes nativos e deve ser alterado para nível 3 ou 4 pelos terminólogos, a não ser que tenham dúvidas. O nível 3 (três estrelas: fiável) é atribuído por um terminólogo se, por exemplo, a fonte do termo for de confiança. Por último, o nível 4 (quatro estrelas: muito fiável) é atribuído após uma avaliação que tenha concluído que o termo é aceite por peritos como a designação correta ou caso o termo seja confirmado por uma fonte segura (IATE, 2021: 25-26).

1.4.2. Equipa Linguística

Cada departamento da DGT ligado à tradução, isto é, cada departamento dedicado a uma das 24 línguas oficiais, conta com uma equipa de profissionais especializados na área das línguas cujo trabalho é apoiar os tradutores durante os seus projetos em questões linguísticas e terminológicas, bem como criar terminologia para a BDT da União Europeia, a *IATE*. Os linguistas e os terminólogos desempenham um papel essencial no processo de tradução, uma vez que ajudam os tradutores em projetos altamente especializados para assegurar que a terminologia utilizada é adequada ao domínio em que o texto se insere, mas também esclarecem as suas dúvidas na eventualidade de surgir um termo ou expressão oficial da UE que ainda não conta com um equivalente em português e cuja tradução causa alguma incerteza. Ademais, é a equipa linguística que elabora e atualiza o Guia do Tradutor, um dos recursos mais úteis para os tradutores da DGT.

No DLP, esta equipa é relativamente pequena e toda a ajuda é bem-vinda, uma vez que os projetos de terminologia também têm prazos limitados, sobretudo quando são integrados num projeto de tradução. Para ajudar os terminólogos, mas também para dotar os profissionais da Unidade PT. 2, tanto tradutores como membros do secretariado, de novas competências, foi tomada a iniciativa de cada membro da unidade trabalhar uma semana com a equipa linguística, criando e gerindo terminologia. Esta ideia foi implementada algum tempo depois de ter iniciado o meu primeiro projeto de terminologia e foi-me dada ainda oportunidade de continuar a trabalhar com a equipa de terminologia até ao final do estágio.

Capítulo 2 – Estágio *Blue Book*

2.1. Escolha do Estágio

Antes de iniciar o meu percurso no Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, decidi inteirar-me das opções que este curso oferecia, tanto as áreas de estudo que durante a sua frequência iria abordar, como as saídas profissionais após a sua conclusão. Isto permitiu-me saber o que me esperava e, conseqüentemente, preparar-me para as decisões e escolhas que iria ter que tomar. A opção de fazer um estágio no final do mestrado foi, desde o início, a mais apelativa e a que ia ao encontro dos meus objetivos e expectativas, uma vez que a oportunidade de colocar em prática todas as capacidades, conhecimentos e técnicas adquiridas e desenvolvidas ao longo do meu percurso académico era um excelente primeiro passo a dar em direção à minha futura carreira na área da tradução, ou até mesmo em áreas semelhantes e relacionadas, como terminologia, localização ou *copywriting*.

Ao ingressar no MTSL, fiquei a conhecer as hipóteses disponíveis, desde estágios em empresas de tradução a estágios em empresas de outras áreas, mas que contam com um departamento direcionado para a tradução dos seus conteúdos, até a estágios em instituições públicas. Foi nesta fase inicial que, após conversar com alguns docentes sobre as diferentes possibilidades e quais as que encaixavam com as minhas preferências e perspetivas de trabalho, me deparei com a alternativa de fazer um estágio de tradução numa das instituições da União Europeia. Na verdade, a possibilidade de realizar esta etapa final noutra país era algo sobre o qual tinha previamente refletido e já tinha decidido colocar como prioridade, querendo trabalhar para esse objetivo final durante os primeiros três semestres. Após alguma pesquisa e recolha de informações, recorrendo à *EU Careers*, nomeadamente a sua representação em Portugal, e ao *EPSO*, selecionei algumas oportunidades em diferentes instituições, sediadas em diferentes países, como Bélgica, Luxemburgo e Alemanha. Contudo, estando ciente da complexidade dos processos de candidatura e da competitividade existente neste meio, dado o elevado número de candidaturas, optei também por recorrer a algumas empresas internacionais, tomando em consideração alguns fatores que iriam pesar na minha escolha, como por exemplo as

línguas oficiais dos países em questão. Assim, mantendo a opção de realizar o estágio no âmbito do Programa Erasmus+ como segundo plano, poderia candidatar-me aos estágios da UE sem correr o risco de comprometer a minha experiência profissional fora de Portugal.

Dada a forte motivação de realizar o estágio numa instituição europeia, apresentei algumas candidaturas que se adequavam ao meu perfil como estudante do MTSL e ao que era pedido e esperado do estágio curricular. As candidaturas decorreram entre o final do primeiro ano letivo e o início do segundo, sendo que eram processos morosos devido, novamente, ao elevado número de candidatos. Para além do programa de estágios *Blue Book* da Comissão Europeia, apresentei candidaturas para os estágios do Comité das Regiões Europeu, do Comité Económico e Social Europeu, do Tribunal de Contas Europeu, do Banco Central Europeu e para o programa de estágios *Schuman* do Parlamento Europeu, cada um na vertente de tradução e/ou terminologia. Após receber a oferta por parte da Direção-Geral de Tradução, mais concretamente para a Unidade PT. 2 no Luxemburgo, não hesitei em aceitar e em embarcar no que seria uma importante experiência de aprendizagem e crescimento profissional, mas também pessoal. A nível profissional, um estágio na Comissão Europeia, para além do reconhecimento e prestígio que o acompanha, é uma excelente primeira experiência de trabalho que completa toda a aprendizagem realizada ao longo do meu percurso académico, nomeadamente como estudante de tradução.

O meu interesse e curiosidade pela diversidade cultural surgiram desde muito cedo, incentivando o meu gosto por línguas e a ânsia de aprender mais sobre elas e sobre as respetivas culturas e falantes nativos. Esta sede por conhecimento e interação intercultural cresceu cada vez mais durante o meu percurso como aluna de Letras e experienciar um país diferente tornou-se um dos principais objetivos, pelo que concretizá-lo na meta final deste mesmo percurso faria mais do que sentido. Para além disso, o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos conhecimentos linguísticos são também essenciais para o perfil de tradutor, sendo que a interação com falantes nativos e as suas respetivas culturas é uma das melhores formas de atingir este objetivo e de me tornar uma melhor profissional. Por esta mesma razão, a ideia de ir para um país como o Luxemburgo, um verdadeira *melting pot* cultural, fascinou-me e permitiu-me praticar e melhorar algumas das línguas do meu perfil linguístico, nomeadamente o Francês e o Alemão. O ambiente multicultural sentido

dentro da Comissão Europeia e dentro do grupo de estagiários contribuiu para esta concretização.

2.2. Programa de Estágios da Comissão Europeia – *Blue Book*

Ao longo das últimas seis décadas, a Comissão Europeia tem contribuído para a formação de jovens profissionais em diversas áreas através do seu programa de estágios, *Blue Book*⁶. Lançado em 1960 com apenas 3 estagiários, este é atualmente o maior programa de estágios a nível mundial devido ao elevado número de candidatos e participantes de diversas nacionalidades, maioritariamente oriundos de um dos 27 Estados-Membro da UE (Comissão Europeia, 2020: 1). Todos os anos são abertas duas sessões (de outubro a fevereiro e de março a julho) de estágios administrativos e estágios de tradução a realizar em diferentes entidades pertencentes à Comissão Europeia, como as Direções-Gerais e os serviços da Comissão, os gabinetes de Comissários ou até mesmo em agências e órgãos executivos da União Europeia.

Na sessão de março de 2022, o Serviço de Estágios recebeu 14 653 candidaturas, sendo apenas 866 bem-sucedidas. Uma vez que a grande maioria das entidades de estágio se encontra em Bruxelas, também o número de estagiários é mais elevado, contando com cerca de 600 jovens, número arrebatador em comparação com os 43 baseados no Luxemburgo. Ademais, existe ainda um pequeno número de estagiários que, estando colocados em diversas agências da CE, se encontram espalhados por diferentes Estados-Membros.⁷

⁶ O nome *Blue Book* foi atribuído ao programa de estágios devido à cor azul do livro no qual constavam os nomes dos diferentes candidatos.

⁷ As estatísticas relativas ao estágio *Blue Book* podem ser consultadas:
https://ec.europa.eu/stages/online/cv/application_statistics.cfm?session=98

2.2.1. Processo de Candidatura

Todos os anos, o programa de estágios *Blue Book* recebe um elevado número de candidaturas para ambas as sessões, o que acaba por se refletir num processo de candidatura que decorre ao longo de alguns meses. Para a sessão de março de 2022, as candidaturas abriram no início de agosto do ano anterior e o processo prolongou-se até meados de dezembro, estando dividido em três fases distintas.

A primeira fase consiste na apresentação da candidatura através do preenchimento, numa das três línguas processuais da Comissão Europeia (inglês, francês ou alemão), e submissão de um formulário durante o mês de agosto. É através deste formulário de candidatura que nos damos a conhecer aos selecionadores, fornecendo os nossos dados pessoais e informações relativas ao nosso percurso académico e experiência profissional. Para avaliar o quão adequado cada candidato é na respetiva área a que se está a candidatar, neste caso na tradução, uma parte do formulário é dedicada aos conhecimentos linguísticos. Aqui temos de indicar qual o nosso leque de línguas e os respetivos níveis, no meu caso o Português (língua materna), o Inglês (C2), Espanhol (B2), Francês (B1.1) e Alemão (B1.1). A secção final do formulário consiste numa pequena carta de motivação, redigida na nossa língua materna, na qual expressamos a nossa motivação profissional e pessoal, bem como as razões que fazem de nós candidatos adequados a este estágio. Após preencher todos os campos cuidadosamente, revendo cada um várias vezes, submeti a minha candidatura no dia 11 de agosto de 2021.

Na fase seguinte do processo de candidatura, o Serviço de Estágios da Comissão analisa os formulários submetidos pelos diversos candidatos, avaliando a sua elegibilidade e os respetivos currículos. Se os critérios forem cumpridos, os candidatos terão de enviar, num curto espaço de tempo, todos os documentos solicitados que comprovam as informações fornecidas previamente. Caso haja dados indicados no formulário de seleção que não sejam acompanhados por um comprovativo, o candidato é automaticamente excluído e não pode prosseguir para a fase de pré-seleção.

No final do mês de novembro fui notificada de que tinha sido pré-selecionada e colocada na lista *Blue Book*. Porém, esta não era uma garantia de que iria ingressar no estágio. Após aguardar algumas semanas, em meados de dezembro, fui contactada pela DGT com uma oferta de estágio no Departamento de Língua Portuguesa, Unidade 2, no Luxemburgo. Esta oferta foi oficializada no final de janeiro com a receção do contrato de

estágio. Dado que esta era uma experiência há muito desejada, não foi necessário ponderar sobre a decisão e aceitei de braços abertos a oportunidade única que me estava a ser dada.

2.2.2. Receção dos Estagiário

Ao longo da primeira semana como estagiária na Comissão Europeia fiquei a conhecer um novo ritmo e a uma nova dinâmica de trabalho, ambientando-me aos poucos àquele que seria o meu contexto profissional nos próximos 5 meses. Estes primeiros dias foram dedicados à Comissão e à União Europeia, com vista a dar a conhecer a instituição internamente aos novos estagiários através de diversas formações e apresentações relativas à sua estrutura e funcionamento. Ademais, os estagiários ficaram também a conhecer mais aprofundadamente as Direções-Gerais para as quais foram selecionados.

Os estagiários foram recebidos no primeiro dia pelas *liaison trainees*⁸, cujo papel era acompanhá-los durante o primeiro mês no Luxemburgo. Neste pequeno encontro de boas-vindas, os estagiários receberam um conjunto de folhetos informativos que continham toda a informação necessária e relevante sobre o seu novo papel na Comissão Europeia, bem como dicas e curiosidades úteis sobre o Luxemburgo e sobre a vida no país. Com o auxílio da equipa informática, receberam ainda um cartão de identificação, que permite a entrada nas instalações da Comissão e a utilização de alguns serviços, e um computador portátil de trabalho, em conjunto com as respetivas indicações de utilização.

Apesar de algumas restrições impostas na sessão anterior do estágio *Blue Book* terem sido levantadas, as consequências da pandemia ainda se faziam sentir. Após dois longos anos desta crise de saúde pública mundial sem precedentes, a Comissão Europeia e os seus funcionários enfrentaram uma nova realidade com o teletrabalho e o trabalho em modo híbrido. A minha chegada à DGT, numa altura em que a COVID-19 começava felizmente a perder o papel central que outrora desempenhara no quotidiano da sociedade, coincidiu com a nova regra geral que permitia que os funcionários continuassem a trabalhar a partir de casa, sendo obrigatória a presença no escritório apenas dois dias por semana. Já os estagiários teriam de se apresentar no local de trabalhar três dias por

⁸ As *liaison trainees* são estagiárias da sessão anterior que se candidataram e foram escolhidas pelos restantes para acompanharem o novo grupo de estagiários durante o primeiro mês da nova sessão.

semana. Todavia, uma vez que me foi dada a possibilidade de trabalhar presencialmente no escritório todos os dias, aproveitei a oportunidade, o que me permitiu adquirir um melhor conhecimento sobre o funcionamento da minha unidade, PT. 2, desde a distribuição do trabalho e das diversas funções, à dinâmica da equipa.

2.2.2.1 Sessões Iniciais

Após a Sessão Administrativa de Boas-Vindas, que decorreu no dia 1 de março, marcando o início do estágio *Blue Book*, as duas semanas seguintes foram repletas de apresentações relativas à DGT, à Comissão Europeia e a outros órgãos pertinentes da União Europeia e do programa de estágios, bem como de formações imprescindíveis à integração dos estagiários no trabalho desta instituição.

Induction Sessions

As chamadas *Induction Sessions* são um conjunto de formações obrigatórias a todos os novos recrutados para que possam dar início ao seu percurso da melhor forma. Em colaboração com o Serviço de Estágios, estas sessões serviram para a exposição e esclarecimento de questões administrativas, como o seguro de saúde providenciado pela Comissão, oportunidades de voluntariado e segurança no trabalho, bem como uma conferência com os embaixadores EPSO para abordar as possibilidades existentes para uma futura carreira neste meio.

Ademais, dado o papel que a Comissão desempenha não só na União Europeia mas também na sociedade em geral, a segurança interna deste órgão é uma das principais preocupações. Para a preservar, os estagiários tiveram que assistir a uma formação obrigatória sobre as medidas de segurança a tomar, entre as quais o cuidado a ter com o supramencionado cartão de identificação e com o computador, nomeadamente como não utilizá-lo em espaços públicos.

Os estagiários da DGT tiveram ainda de concluir uma formação de dois dias relativa aos recursos informáticos utilizados pela DG, nomeadamente a ferramenta *CAT Trados Studio*. Graças ao MTSL, esta ferramenta de tradução e o seu modo de utilização não me era desconhecida e pude aprofundar os conhecimentos básicos que já detinha.

Training Days

Para que os estagiários ficassem a conhecer um pouco mais sobre a União Europeia e alguns dos principais órgãos, foram organizadas várias sessões em modo híbrido para apresentar instituições como a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia, o Comité das Regiões, a NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude). Este ciclo de eventos acabou por prolongar-se por alguns meses, o que permitiu aos estagiários do Luxemburgo assistirem às duas últimas sessões presencialmente em Bruxelas.

2.2.2.2 Sessão de Apresentação da Direção-Geral de Tradução

Uma vez que grande parte dos estagiários selecionados para o programa *Blue Book* pertencem à DGT, esta Direção-Geral conta com uma equipa de coordenação de estágios encarregue de acompanhar os estagiários ao longo deste percurso e auxiliar com questões administrativas. Através de uma breve sessão de apresentação, os estagiários ficaram a conhecer um pouco mais sobre a tradução na Comissão Europeia, desde as bases legais que regulam esta atividade, os tipos de textos que passam pelas mãos dos tradutores, a organização interna na DGT, as diversas funções de um tradutor e algumas estatísticas relativas à sua estrutura e à sua equipa.

Esta apresentação serviu ainda para esclarecer questões administrativas, como as condições de trabalho, os recursos disponibilizados para os estagiários e a importância da confidencialidade. Ficámos também a conhecer as formações facultativas disponíveis e como aceder a todos os conteúdos de aprendizagem pertinentes. Esta breve introdução permitiu acolher os novos membros do programa *Blue Book* no contexto profissional da DGT e deu início a esta nova experiência de aprendizagem.

2.2.2.3 Comité dos Estagiários

Apesar de o *Blue Book* ser um estágio prestigiado, esta experiência não se baseou apenas em trabalho. A oportunidade de conhecer colegas novos de todas as partes da Europa, com backgrounds e vivências diferentes, foi um dos principais enriquecimentos, tanto a nível pessoal como profissional. Apesar de formar um grupo pequeno (43 estagiários

como previamente mencionado), os estagiários baseados no Luxemburgo criaram um ambiente de convivência, partilha e proximidade entre si através de várias iniciativas, seguindo a tradição das edições *Blue Book* dos anos anteriores.

Durante o mês de março, o grupo de estagiários foi acompanhado por duas *liaison trainees*, cujo papel era guiarem-nos neste primeiro mês partilhando a sua experiência como estagiárias da sessão anterior, aconselhando em questões relacionadas com o estágio, bem como com a vida no Luxemburgo, e partilhando informações que nos ajudariam a aproveitar os restantes quatro meses. Ademais, fomos apresentados ao Comité dos Estagiários, uma tradição que se mantém há largos anos tanto no Luxemburgo como em Bruxelas. Este Comité, composto por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um vice tesoureiro, no caso do Luxemburgo, é o ponto de ligação entre os estagiários e o Serviço de Estágios, representando-os em todas as questões administrativas.

Subcomités

O Comité dos Estagiários encontra-se ainda subdividido em seis subcomités: Comunicação, Línguas, Caridade, Carreiras, Viagens e Diversão & Desporto. Como membro do Subcomité de Carreiras e do Subcomité de Viagens tive a possibilidade de organizar eventos e atividades para os estagiários que se revelaram úteis a nível pessoal e profissional. No Subcomité de Carreiras, o nosso principal foco foi a organização da Feira de Emprego do Luxemburgo, trazendo aos estagiários várias empresas e organizações com diferentes ofertas. Pudemos ainda organizar diversas sessões com membros de diferente DGs para dar a conhecer de perto as diferentes faces do trabalho na Comissão, bem como uma sessão especial com uma antiga Comissária. Já no Subcomité das Viagens, no qual desempenhei o papel de coordenadora, foram organizadas várias excursões por todo o Luxemburgo como também a países vizinhos, desde França e Alemanha, a Bélgica e Holanda. Em colaboração com o Comité dos Estagiários, podemos ainda organizar viagens a Bruxelas e Estrasburgo para visitar algumas instituições da UE.

2.2.3. Formações

A aprendizagem contínua é um dos principais fatores do crescimento e desenvolvimento profissional e acredito que é a através desta aprendizagem que nos tornamos melhores profissionais. Para além do contacto com colegas mais experientes, ao longo do meu estágio pude enriquecer ainda mais o meu conhecimento relativamente à área da Tradução e a áreas relacionadas graças à oferta de formações facultativas disponibilizadas pela DGT e pelo Departamento de Língua Portuguesa.

Apesar de o MTSL me ter fornecido algumas bases relativamente à terminologia e à criação de fichas terminológicas, a base de dados *IATE* conta com especificidades que requerem a máxima atenção. Antes de dar início ao primeiro projeto de terminologia para a equipa linguística do DLP, completei uma breve formação sobre a *IATE* e o seu funcionamento, e assisti ainda a uma sessão denominada “Terminologia e Gestão de Qualidade” para me inteirar melhor sobre esta área e sobre o seu papel no processo de tradução.

Ao longo do meu percurso como aluna de tradução, pude descobrir e desenvolver um crescente interesse na área de tradução jurídica, uma vez que me permite aliar dois grandes interesses pessoais, línguas e direito. O estágio na Comissão Europeia foi uma ótima oportunidade para presenciar em primeira mão esta atividade, uma vez que uma grande percentagem dos textos que chegam para tradução são de natureza jurídica, mas também para praticar algo que gostaria de exercer no futuro. Para me contextualizar um pouco mais relativamente à tradução jurídica na UE, assisti a uma apresentação do Serviço Jurídico na Comissão Europeia e participei numa formação denominada “Regras de Legística Formal em Língua Portuguesa”, aprendendo sobre as especificidades deste tipo de linguagem e da sua redação.

Provavelmente a formação mais pertinente em que participei, não só por questões profissionais, mas também por questões pessoais, foi uma sessão que incidiu no fenómeno e mudança social a ocorrer na linguística, a linguagem neutra e inclusiva. Nesta formação denominada “A Linguagem Inclusiva e a Linguística: Vontades, Possibilidades e Limites”, foram discutidas as diferentes formas de um tradutor se desviar do masculino genérico, característica da língua portuguesa, e quais as soluções para utilizar opções mais neutras a nível de género. Dado que alguns dos problemas de tradução com que me deparei ao longo dos projetos estavam relacionados com esta questão, a oportunidade de

aprender um pouco mais sobre ela a contorná-la foi também uma mais-valia para o trabalho em mãos.

2.2.4. Visitas às Instituições da EU

2.2.4.1. Luxemburgo

Durante a minha estadia no Luxemburgo como estagiária *Blue Book* tive a oportunidade de participar em visitas e sessões de apresentação de algumas entidades da Comissão Europeia, entre as quais o Eurostat e o Gabinete de Publicações, bem como de outras instituições da União Europeia, como o Tribunal da Justiça, Banco de Investimento Europeu e Parlamento Europeu, com a presença da deputada dos Verdes e membro do Parlamento, Tilly Metz. Grande parte dos órgãos da União Europeia que se encontram no Luxemburgo está concentrada em Kirchberg, uma zona mais moderna e empresarial da cidade, o que nos permitiu fazer uma pequena visita exterior pelas diferentes instalações, guiada por Toni de Grisantis, membro da DGT e fundador do Museu da DGT, e por Martine Reicherts, antiga Comissária da Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania e antiga Diretora-Geral do Serviço de Publicações.

Uma vez que a grande maioria dos estagiários baseados no Luxemburgo pertenciam à DGT, houve ainda algumas visitas direcionadas aos tradutores, nomeadamente a visita ao Museu da DGT e ao Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia.

2.2.4.2. Bruxelas

Em meados de maio, o Serviço de Estágios decidiu organizar uma visita de estudo à cidade de Bruxelas com a duração de três dias. Para além de assistirmos presencialmente às duas últimas *Induction Sessions*, nas quais ficámos a conhecer um pouco mais sobre a NATO e a OLAF, pudemos visitar as instalações do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Ademais, os estagiários da DGT tiveram o privilégio de reunir com o atual Diretor-Geral, Christos Ellinides, e partilhar as suas visões como jovens tradutores e as suas experiências ao longo do estágio, bem como de ouvirem alguns conselhos úteis a tomar em conta durante os restantes meses da experiência, nomeadamente para aqueles que tencionam singrar numa carreira com a DGT. Pudemos ainda visitar algumas

exposições e museus temáticos, como o *Experience Europe*, relativo à Comissão Europeia e à UE, o *Parliamentarium*, dedicado ao Parlamento Europeu, e a Casa da História Europeia, que nos leva numa viagem desde o nascimento da Europa até à atualidade.

Com a ajuda do Serviço de Estágios conseguimos também comparecer na Feira de Emprego de Bruxelas e na Conferência de Despedida. Este último evento foi organizado em conjunto com o Comité dos Estagiários de Bruxelas e do Luxemburgo, sendo dividido em duas partes: a parte informal, apresentada pela Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura (EAC), na qual pudemos ouvir testemunhos de antigos estagiários *Blue Book* de diferentes sessões que se encontram neste momento a trabalhar tanto nas instituições da UE como no setor privado; a parte informal ficou a cargo dos estagiários, que prepararam várias contribuições, desde momentos musicais, no qual pude participar com uma música relativa à experiência dos estagiários no Luxemburgo, a *quizzes* e discursos inspiradores sobre a nossa geração. Ademais, graças à organização em conjunto com o Comité dos Estagiários de Bruxelas, o fim-de-semana de despedida terminou em celebração com o *Euroball*, um baile dedicado aos estagiários.

2.2.4.3. Estrasburgo

Graças aos esforços conjuntos entre o Comité dos Estagiários e o Subcomité das Viagens, foi possível organizar, em meados de junho, uma visita a Estrasburgo para ficar a conhecer as instalações do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa. Para além das breves apresentações sobre as funções e os objetivos de cada uma destas entidades, pudemos ainda visitar o hemiciclo de ambas, onde são realizadas as sessões plenárias, no caso do Parlamento, e inúmeros debates relativos aos direitos humanos, à democracia e ao estado de direito da Europa, no caso do Conselho. Apesar de visitas curtas, foram bastante enriquecedoras e permitiram-nos alargar os nossos conhecimentos em relação à União Europeia.

2.2.5. Voluntariado

Uma das oportunidades que o estágio *Blue Book* nos oferece é também a de realizar algum trabalho voluntário durante a experiência. Uma vez que todas as atividades de voluntariado se encontram apenas em Bruxelas, os estagiários no Luxemburgo puderam colaborar com a Representação da Comissão Europeia no Luxemburgo, que serve como ponto de ligação entre a CE e as entidades públicas nacionais, regionais e locais do país.

Para promover a importância da Comissão na UE e na Europa no geral e para promover um sentido de união e pertença entre todos os cidadãos europeus, a Representação marca presença em inúmeros eventos, nomeadamente eventos direcionados para a geração mais jovem. Durante o meu estágio pude participar num dos maiores eventos comemorativos, o Dia da Europa, no qual estiveram presentes as diferentes embaixadas e consulados dos 27 Estados-Membros, bem como as restantes instituições da UE representadas no Luxemburgo. Para além de ter a oportunidade de estar presente num ambiente tão multicultural, esta foi também uma experiência enriquecedora como cidadã europeia. Ademais, pude ainda participar no *Pride Fest*, festival dedicado ao orgulho LGBTIQ+, um evento em que a presença da CE é fulcral, nomeadamente para dar a conhecer a Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ+ 2020-2025, que visa combater a discriminação, garantindo a segurança e a total integração destas pessoas na sociedade e nas políticas da UE (Comissão Europeia, 2020).

Capítulo 3 – Projetos Desenvolvidos

3.1. Projetos de Terminologia

O plano de estudos do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos permitiu-me conhecer diferentes ramos que integram a área da tradução, podendo trabalhar de modo a desenvolver e aperfeiçoar competências, tanto teóricas como práticas. Ao longo da unidade curricular de Terminologia e Lexicografia pude aprender o processo de criação de bases de dados terminológicas com recurso ao Corpógrafo, adquirindo assim as bases necessárias para os projetos com que me deparei na Direção-Geral de Tradução. Esta familiarização prévia com a área da terminologia facilitou a realização destes projetos, que vieram acrescentar novos conhecimentos e competências.

Ao juntar-me à Unidade PT. 2, sabendo da oportunidade que antigos estagiários tiveram de completar um pequeno projeto com a equipa linguística, tomei a liberdade de propor a minha participação em projetos semelhantes. Ao contrário dos estagiários anteriores, o meu projeto baseou-se na criação e manutenção de terminologia diretamente na *IATE*. Para tal, foi necessário completar uma pequena formação relativa a esta BDT e reunir inicialmente com a Coordenadora de Terminologia. Uma vez que tive uma boa experiência com esta tarefa, foi-me dada a oportunidade de continuar o trabalho com a terminologia até ao final do estágio, conciliando-o com a tradução.

3.1.1. Visão Geral

O meu trabalho com a equipa linguística começou no início de maio, prolongando-se até ao final de julho, e contou com quatro projetos. Para me habituar ao tipo de trabalho, o primeiro projeto foi um não-obrigatório, (isto é, um projeto cuja finalização não é uma prioridade para a equipa) e consistia apenas na atualização de fichas terminológicas criadas pré-*IATE*. Apesar de uma ficha terminológica já estar preenchida e ter uma fonte oriunda da UE, é sempre importante verificar os elementos e confirmar que o documento de referência continua em vigor. Este grande projeto inicial permitiu-me avançar para

dois projetos obrigatórios mais complexos nos quais tive de criar terminologia para a DG SANTE e para a DG GROW, bem como um projeto de pesquisa terminológica para a Unidade PT. 2. Os domínios abordados foram química, biologia e genética, finanças e indústria artesanal.

A seguinte tabela apresenta alguns dados relativos ao meu trabalho terminológico na IATE, como o número de níveis linguísticos (definições) criados e atualizados, bem como o número de níveis de termo (fichas terminológicas) criados e alterados.

Nível Linguístico		Nível do Termo	
Criados	Atualizados	Criados	Atualizados
21	52	28	443
Total de termos	471		

3.1.2. Casos práticos

3.1.2.1. DG SANTE (Saúde e Segurança dos Alimentos)

Domínio: Biologia e genética

Contexto: Requisitos para testagem e aprovação de medicamentos veterinários

Desafios:

a) “RNAi”⁹

Antes de iniciar a pesquisa terminológica na LC, em português, é importante desconstruir a abreviatura na LP, nomeadamente encontrar “RNA” por extenso, bem como o significado da extensão “i”. Após consultar alguns artigos científicos e glossários, obtive o termo completo “*ribonucleic acid interference*”, podendo assim dar início à busca por um termo equivalente na LC, procurando traduzir palavra por palavra e, por último, construir uma abreviatura. Contudo, surgiram inúmeros resultados diferentes para este termo, inclusive de fontes fiáveis, como publicações verificadas de instituições de ensino superior.

⁹ Ficha IATE n.º 1887713: <https://iate.europa.eu/entry/result/1887713/pt>

Após traduzir o termo completo para “ácido ribonucleico de interferência”, e confirmando a sua veracidade, uma pequena pesquisa levou-me alguns termos e abreviaturas equivalentes, como “ARNi”, “ARN interferência” e “RNA de interferência”, que opta por manter parte do original em inglês. Perante este dilema, recorri a um tradutor especialista da unidade com formação em biologia, para tomar uma decisão consciente e com base na frequência do uso de cada termo. Assim, o termo escolhido para a LC foi “RNA de interferência”, mas, uma vez que a *IATE* permite acrescentar mais do que um termo equivalente, colocando-os por ordem de relevância, os restantes foram acrescentados de acordo com as respetivas fontes.

b) “Freedom of information summary”¹⁰

Quando estamos perante um termo que é construído como expressão, a dificuldade da pesquisa terminológica aumenta e é necessário ganharmos primeiro algum conhecimento e contexto sobre o mesmo. Após alguma leitura para compreender este conceito, deparei-me com uma lei existente na legislação dos Estados Unidos da América designada “*freedom of information act*”, relativa à liberdade de informação e ao direito ao livre acesso de informação. A partir daqui, e da respetiva tradução da lei em questão (“lei sobre a liberdade de informação”), foi possível começar a construir um termo equivalente na LC, optando no final por “resumo da liberdade de informação”.

Apesar de adequado, o termo em português surgiu em muito poucos resultados de pesquisa, não havendo ocorrências em fontes verificadas por especialistas. Em conjunto com a Coordenadora de Terminologia, optámos por manter esta opção, mas era necessário solucionar a questão da falta de fonte e, conseqüentemente, de definição. Perante estes casos, os terminólogos são encorajados a consultar as fichas de outras línguas, podendo verificar as respetivas fontes e definições. Em último caso, quando não é possível encontrar uma boa solução, utiliza-se a fonte e a definição de uma ficha noutra língua, traduzida para a língua com que estamos a trabalhar e, colocando “COM-PT, cf.” no início da referência para indicar que esta foi criada pelo Departamento de Língua Portuguesa da Comissão Europeia com base na fonte utilizada. Posto isto, pode concluir

¹⁰ Ficha IATE n.º 3592834: <https://iate.europa.eu/entry/result/3592834/pt>

a ficha terminológica do termo “resumo da liberdade de informação” com o auxílio das fichas em inglês e em espanhol.

3.1.2.1. DG GROW (Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME)

Domínio: indústria artesanal

Contexto: Proposta de regulamento sobre a proteção de indicação geográfica para produtos artesanais e industriais

Desafios:

a) “Donegal tweed”¹¹

O projeto de terminologia da DG GROW que me foi atribuído inseriu-se no âmbito de uma proposta de regulamento direcionado à proteção de indicação geográfica para produtos artesanais e industriais, sendo que este documento oficial já se encontrava traduzido para português, mas ainda não tinha sido publicado no *EUR-Lex*. Posto isto, apesar de já haver termos equivalentes pelos quais o tradutor optou, estas opções ainda não estavam inseridas na IATE e era necessário confirmar a sua veracidade e fiabilidade.

O termo “*Donegal tweed*” impulsionou uma longa pesquisa em busca de um equivalente dada a sua ambiguidade. Uma vez que todos os termos deste projeto são objetos concretos, o recurso ao Google Imagens foi essencial para o reconhecimento dos mesmos. Assim, foi possível avaliar que o termo em questão refere-se a um produto têxtil do condado de Donegal, na Irlanda. Porém, apesar de o termo “*tweed*” ser aceite na língua portuguesa, o uso de um estrangeirismo deve ser sempre a última opção. O termo escolhido pelo tradutor do documento de referência foi “sarja do Donegal”, uma escolha que era necessário confirmar.

Após consultar o Google Imagens e um glossário relativo a produtos têxteis, conferi que o termo “sarja” tem alguma ambiguidade no contexto da indústria têxtil. Segundo o glossário de termos têxteis consultado, publicado numa revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹², “sarja” é um tipo de tecido de lã, bem como uma “técnica

¹¹ Ficha IATE n.º 3627809: <https://iate.europa.eu/entry/result/1577227/pt>

¹² Glossário disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>

caracterizada pelos efeitos oblíquos” que cria. Tanto uma definição como outra adequa-se às imagens encontradas que exemplificam este termo, confirmando a veracidade da opção do tradutor, “sarja de Donegal”. Contudo, uma vez que se encontra na versão portuguesa do documento de referência, foi também incluído “*tweed* de Donegal”.

b) “*Gablonz jewelery*”¹³

Tal como o termo anterior, e todos os restantes neste projeto de terminologia, a pesquisa deste novo termo iniciou-se com a sua contextualização geográfica, isto é, a procura da origem deste produto artesanal. “*Glabonz*” era o nome dado à atual cidade checa Jablonec nad Nisou quando esta foi colonizada pelos alemães, daí a tradução do nome atual em alemão (*Gablonz an der Neiße*). Uma vez que os resultados da pesquisa relativos à nomenclatura desta região suscitaram alguma confusão, recorri a uma colega de estágio natural da República Checa, que estava a fazer o mesmo projeto para a sua língua materna, para obter um pouco de contextualização. Assim, foi possível concluir que, atualmente, esta peça de artesanato a que o termo em questão se refere chama-se “bijuteria de Jablonec”. Contudo, o termo “joelheria de Gablonz” foi também acrescentado, sendo também uma opção adequada.

Para completar a ficha terminológica era necessário encontrar uma fonte relativamente fidedigna para o termo e a respetiva definição. Dado que a sua procura obteve poucos resultados, optei por consultar as fichas de outras línguas. Das poucas línguas que contavam com uma definição, a fonte remetia sempre para a página *Web Visit Czech Republic*, dedicada ao país e ao seu turismo e cultura. Esta página conta com uma versão em português que confirma a escolha para o termo. No entanto, esta versão apresenta alguns traços da variante de português do Brasil. Apesar deste fator, foi acordado com a Coordenadora de Terminologia utilizar esta página como a fonte, uma vez que esta foi a mais fiável que encontramos.

¹³ Ficha IATE n.º 3627809: <https://iate.europa.eu/entry/result/3627809/pt>

3.1.3. Conclusão sobre os projetos de terminologia

Antes do estágio na DGT, a minha experiência com a terminologia era bastante escassa e limitava-se ao que foi lecionado e praticado no contexto do MTSL. Apesar de estar ciente da complexidade dos projetos de terminologia, a realização dos mesmos foi um ótimo desafio e uma ótima oportunidade para ficar a conhecer ainda melhor esta área. A possibilidade prosseguir com este trabalho após o primeiro projeto permitiu-me desenvolver ainda mais as competências já adquiridas e principalmente ganhar outras novas, nomeadamente uma enorme capacidade de pesquisa e de organização e avaliação de resultados. Ao longo dos três meses que trabalhei para a equipa linguística pude compreender o processo de criação de terminologia para a IATE e as distinções que ocorrem entre a tradução de termos gerais e a tradução de termos mais especializados. Estes últimos requerem uma pesquisa mais aprofundada e um especial entendimento do contexto em que o termo se insere. Ademais, o facto de me ter sido dada a liberdade para escolher o domínio dos projetos de terminologia permitiu-me abordar temas diferentes daqueles trabalhados nos projetos de tradução, dando-me uma nova visão do tipo de linguagem utilizada noutras áreas. Esta diversidade torna-se uma mais-valia para qualquer profissional de tradução e o trabalho com a terminologia ajudou a melhorar o desempenho das minhas tarefas de tradução e as abordagens às mesmas.

3.2. Projetos de Tradução

Na DGT, nomeadamente no Departamento de Língua Portuguesa, todos os tradutores realizam traduções para a sua língua materna, geralmente apenas de uma língua estrangeira, o inglês. Apesar de alguns membros da equipa terem habilitações noutras línguas, como alemão, francês e espanhol, uma vez que a principal língua de redação e comunicação na CE é o inglês, são raras as ocasiões em que se traduz a partir de outras línguas de partida. Sendo as minhas línguas de trabalho no MTSL o português e o inglês, este não foi um problema para o desenvolvimento do meu estágio curricular. As competências e conhecimentos que adquiri ao longo do meu percurso académico nas

áreas de tradução e linguística em ambas as línguas foram muito úteis ao trabalho que realizei ao longo do estágio.

Esta secção irá apresentar alguns projetos realizados e as dificuldades que neles surgiram, indicando como estas foram ultrapassadas e solucionadas. Infelizmente, alguns dos projetos mais desafiantes não poderão ser apresentados por questões de confidencialidade, uma vez que englobam correspondência e respostas a queixas de cidadãos europeus.

3.2.1. Visão Geral

Durante os 5 meses de estágio pude trabalhar com um vasto leque de tipos de texto dos mais variados domínios, ficando ainda a conhecer um pouco mais sobre o trabalho da Comissão Europeia noutras áreas para além da tradução. Os projetos inseriam-se em domínios como saúde, transportes, emprego, educação, juventude e direito. No gráfico apresentado em baixo é possível verificar a distribuição de documentos por DG, havendo uma clara predominância de textos para conteúdo *Web* (102) em comparação com os projetos de outras DGs. Porém, este tipo de textos está sempre ligado a uma determinada DG. A seguir aos textos *WEB*, as *QE*, que são questões colocadas pelos membros do PE à Comissão e as respetivas respostas, e os textos da DG *EMPL* foram os mais trabalhados, com 10 documentos cada. No total, foram traduzidos 139 documentos de nove DGs e serviços diferentes.

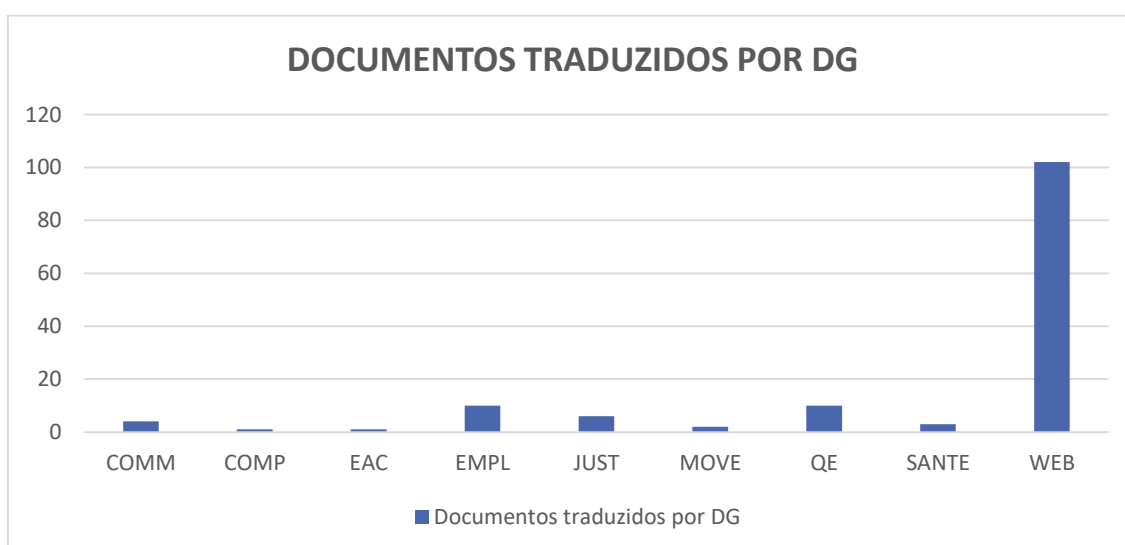


Gráfico 4 - Distribuição de documentos traduzido por DG durante o estágio

Entre os 139 documentos trabalhados, foi traduzido um total de 176 páginas¹⁴ e meia. Apesar de os textos *WEB* continuarem a representar a maioria, existe um maior equilíbrio entre a distribuição do número de páginas em comparação com a distribuição de documentos. É importante referir que na DGT os tradutores trabalham contabilizando o número de páginas e não o número de palavras, pelo que nos detalhes sobre o projeto que podemos encontrar nas *job sheets* e no *Tradesk* é apenas indicado as páginas, sendo raras as vezes em que o número de palavras é incluído.

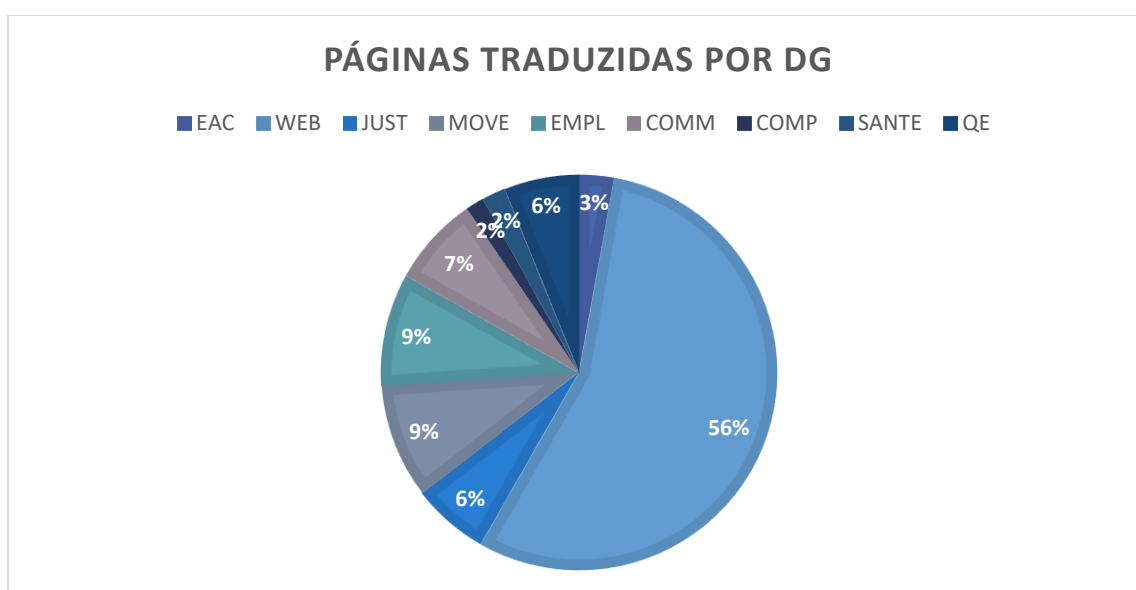


Gráfico 5 – Distribuição de páginas traduzidas por DG durante o estágio

3.2.2. Casos práticos

3.2.2.1. WEB-2022-40014¹⁵

Direção-Geral: EAC (Educação, Juventude, Desporto e Cultura)

Referência do projeto: WEB-2022-40014

¹⁴ Na DGT, uma página corresponde a cerca de 1500 caracteres sem espaços.

¹⁵ Página *Web* versão em inglês: <https://education.ec.europa.eu>

Página *Web* versão em português: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt>

Versões e partes: 00-01, 00-02, 00-03, 00-04, 00-05, 00-06, 00-07, 00-08, 00-09, 00-10

N.º de páginas: 19,7

Tipo de texto: Página *Web*

Público-alvo: estudantes, profissionais da área de educação, público em geral interessado nas políticas e iniciativas da UE em matéria de educação

Contexto: A iniciativa Espaço Europeu da Educação é uma colaboração entre os diferentes Estados-Membros da União Europeia com o objetivo de criarem em conjunto sistemas educativos mais resilientes e inclusivos, melhorando a qualidade e equidade na educação e na formação e contribuindo para uma educação mais digital e mais ecológica. Este projeto, criado como *Multidoc* devido aos inúmeros documentos diferentes que me foram atribuídos, baseia-se na tradução de partes da página *Web* dedicada a esta iniciativa.

Desafios:

a) Linguagem para a *Web*

Quando estamos perante um texto cuja finalidade é criar conteúdo *online*, há várias particularidades a ter em atenção. Posto isto, os tradutores da DGT seguem algumas normas aplicadas à tradução de páginas *Web*, entre elas a preferência por afirmações na positiva e pela voz ativa, o uso de linguagem que não dificulte a compreensão do leitor, como jargão, abreviações e acrónimos desconhecidos do público geral ou vocabulário elaborado, e dirigir-se aos leitores diretamente.

O tipo de leitor a que nos estamos a dirigir irá determinar o estilo que utilizamos na nossa tradução, bem como o tratamento do mesmo. A língua inglesa tem a vantagem de utilizar apenas um pronome pessoal na segunda pessoa, “*you*”, independentemente da situação comunicativa ser formal ou informal, o que facilita a redação de textos *Web*. Contudo, em português, a distinção gramatical entre a linguagem formal e informal é bastante significativa, tanto em termos de pronomes pessoais como na conjugação verbal. Esta questão suscitou alguma dúvida durante a tradução deste projeto e muitos outros para conteúdo *online*, uma vez que é incentivado o uso da segunda pessoa e era necessário tomar uma decisão relativamente ao tratamento do público-alvo, se este seria dirigido com “*tu*” ou como “*você*”.

Inicialmente, comecei por utilizar um registo informal, dado o cariz do projeto. Esta pareceu a opção mais adequada uma vez que se trata da área da educação e é um tema relacionado com a juventude. Porém, o público-alvo inclui também profissionais de educação, pessoas para as quais o tratamento informal pode não ser o mais adequado. Após contactar o revisor do projeto, um elemento essencial no processo de tradução, concluímos que o “você” seria o mais apropriado e, como regra geral, deve ser utilizado a menos que tenhamos a certeza que o público-alvo é jovem. Em baixo, podemos verificar como ficaria a tradução de um excerto caso fosse utilizado o “tu” e a tradução que foi escolhida.

Texto de partida	Texto de chegada (registo informal)	Texto de chegada (versão final)
<i>On the school education gateway website <u>you will find</u> a catalogue of professional development courses designed for teachers and school staff.</i>	Na página Web do School Education Gateway (Portal do Ensino Escolar) <u>irás encontrar</u> um catálogo de cursos de desenvolvimento profissional criados para os professores e membros do pessoal escolar.	Na página Web do School Education Gateway (Portal do Ensino Escolar) <u>irá encontrar</u> um catálogo de cursos de desenvolvimento profissional criados para os professores e membros do pessoal escolar.

A questão do registo formal e informal não foi a única dificuldade que resultou da linguagem utilizada para conteúdos *online*. Em textos para páginas *Web* existem fórmulas cujo objetivo é chamar à atenção do leitor e dirigi-los para outras secções da página. Algumas das fórmulas que surjem neste projeto são “*find out about*”, “*see (how)*”, “*read about*” e “*learn (more) about*”. Ao traduzir estas expressões, apercebi-me que uma tradução literal não seria a mais adequada, apesar da simplicidade das mesmas. Em português, a fórmula mais comum é “saiba mais/como”, opção que vai de encontro a cada uma das que são utilizadas no texto de partida. De entre as expressões do TP, apenas “*read about*” variou na tradução. Na seguinte tabela estão algumas das opções utilizadas na tradução deste projeto.

Texto de partida	Texto de chegada
<i>Read about teachers, trainers and leaders</i>	<u>Informações sobre</u> professores, formadores e dirigentes escolares
<i>Find out more about quality investment</i>	<u>Saiba mais sobre</u> os investimentos de qualidade
<i>Learn more about and further develop your digital competence as a teacher.</i>	<u>Saiba mais sobre</u> as suas competências digitais como professor e desenvolva-as.
<i>See how the EU, Member States and stakeholders are collaborating to make the EEA a reality.</i>	<u>Saiba como</u> a UE, os Estados-Membros e as partes interessadas estão a colaborar para tornar o EEE uma realidade.

b) Termos e expressões nunca traduzidas

A única indicação que consta na *job sheet*, para além da hiperligação da página *Web* que é para traduzir, é que este é um conteúdo novo, nunca antes traduzido. Apesar de não ser um texto técnico nem especializado, surgiram duas nomenclaturas que suscitaram dúvidas.

O termo “*European Education Area Strategic Framework Working Groups*” foi possivelmente a maior dificuldade neste projeto. Este termo apresenta uma estrutura bastante complexa, uma vez que é uma junção de três termos diferentes: “*European Education Area*”, “*Strategic Framework*” e “*Working Groups*”. Posto isto, foi necessário desconstruí-lo, traduzindo cada termo de criar o termo apropriado na LC. De acordo com as memórias de tradução e com a *IATE*, a tradução dos termos acima mencionado é “Espaço Europeu da Educação”, “quadro estratégico” e “grupos de trabalho”. Isto facilitou a tradução do termo principal, sendo o último passo a ordenação das palavras numa ordem que fizesse sentido na LC. Abaixo podemos conferir o segmento no TP e a respetiva tradução.

Texto de partida	Texto de chegada
<i>Learn more about the work of <u>European Education Area Strategic Framework Working Groups</u> on improving quality and equity in education and training.</i>	Saiba mais sobre o trabalho realizado pelos <u>grupos de trabalho do quadro estratégico do Espaço Europeu da</u>

	<u>Educação</u> sobre a melhoria da qualidade e da equidade na educação e na formação.
--	--

Por último, é mencionado um projeto direcionado às escolas, “*find the blue*” que ainda não tinha sido designado em português. Uma tradução literal (“procura o azul”) não seria a melhor opção nesta situação; o ideal era encontrar algo chamativo que captasse a atenção do leitor. Assim, após trocar algumas ideias com o revisor, optei pelo seguinte:

Texto de partida	Texto de chegada
<i>Start a ‘<u>find the blue</u>’ project and earn your school the European Blue School Label.</i>	Lance um projeto « <u>À procura do azul</u> » e ganhe o título de «European Blue School» para a sua escola.

3.2.2.1. SANTE-2022-40028-00-00 ¹⁶

Direção-Geral: SANTE (Saúde e Segurança dos Alimentos)

Referência do projeto: SANTE-2022-40028

Versões e partes: 00-00

N.º de páginas: 1,1

Tipo de texto: secção informativa de uma consulta pública

Público-alvo: particulares, organizações, empresas e instituições envolvidas ou interessadas na redução do desperdício alimentar

Contexto: com vista a rever a Diretiva-Quadro Resíduos, a CE está a elaborar uma avaliação de impacto através de uma consulta pública para recolher dados sobre o estado atual dos esforços feitos para diminuir o desperdício alimentar.

¹⁶ Página relativa à consulta pública, versão em inglês: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13225-Environmental-impact-of-waste-management-revision-of-EU-waste-framework/F_en

Página relativa à consulta pública, versão em português: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13225-Environmental-impact-of-waste-management-revision-of-EU-waste-framework/F_pt

Desafio: Falta de pontuação e estruturação

Muitos dos textos da CE são redigidos por falantes não-nativos da língua de redação, neste caso o inglês. Este fator, aliado com a pressão do tempo, resulta por vezes em textos com erros que dificultam a compreensão e a interpretação do leitor, mas também do próprio tradutor.

Este projeto da DG SANTE, apesar de pequeno, apresenta alguns erros de redação que dificultaram a leitura inicial do texto. Ao longo da primeira secção, relativa ao público a que a consulta se dirige, são várias as ocasiões em que falta uma vírgula ou que esta se encontra colocada no sítio errado. Além disso, o texto é estruturado por pontos, mas no documento enviado para a DGT estes encontram-se sem separação por parágrafos. Para facilitar a compreensão do texto foi necessário ler algumas vezes o texto com bastante atenção, identificando onde as vírgulas deveriam ser colocadas. Na ferramenta CAT *Trados Studio* existe a funcionalidade de dividir um segmento em vários, algo que foi bastante útil para este caso, podendo separar cada um dos pontos enumerado. Assim, foi possível fazer uma melhor interpretação do conteúdo, traduzi-lo e pontuá-lo corretamente na LC.

Texto de partida	Texto de chegada
<i>These include: - individuals (EU citizens or visitors)___organisations (schools, offices, etc.) and companies producing waste who should segregate waste to allow for its efficient separate collection_- companies and organisations involved in waste management__- manufacturers producing the goods that eventually become waste, - raw material suppliers, - importers and distributors of products, - re-use actors (businesses or charities), - other businesses, - institutions, - public authorities, - consumers__- sectorial associations at EU, national, regional or</i>	Estas partes incluem: - particulares (cidadãos da UE ou visitantes),___organizações (escolas, escritórios, etc.) e empresas produtoras de resíduos que devem separar esses mesmos resíduos para permitir a sua recolha seletiva eficiente, - empresas e organizações envolvidas na gestão de resíduos, - fabricantes de bens que acabam por se transformar em resíduos, - fornecedores de matérias-primas, - importadores e distribuidores de produtos,

<p><i>local levels of any of the groups mentioned above are also relevant, - non-governmental organisations including consumer- environmental, food banks and other charities, - academics and the research community.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - intervenientes na reutilização (empresas ou instituições de beneficência), - outras empresas, - instituições, - autoridades públicas, - consumidores, - as associações setoriais à escala da UE e a nível nacional, regional ou local de qualquer um dos grupos acima referidos são igualmente relevantes, - organizações não-governamentais, entre as quais organizações de consumidores, organizações de proteção do ambiente, bancos alimentares e outras organizações de beneficência, - o meio académico e a comunidade científica.
--	---

3.2.2.1. COMM-2022-00203-00-00¹⁷

Direção-Geral: COMM (Comunicação e Informação)

Referência do projeto: COMM-2022-00203

Versões e partes: 00-00

N.º de páginas: 9,1

Tipo de texto: Página *Web*

Público-alvo: público em geral interessado no Dia da Europa e nas respetivas iniciativas

Contexto: o Dia da Europa é celebrado todos os anos no dia 9 de junho com atividades, presenciais e *online*, dedicadas à União Europeia e às suas instituições em vários Estados-

¹⁷ Página *Web* versão em inglês: https://europeday.europa.eu/index_en
Página *Web* versão em português: https://europeday.europa.eu/index_pt

Membros. Este projeto consistiu na tradução de toda a página *Web* dedicada às celebrações deste dia em 2022.

Desafios:

a) Estruturas fráscas

Como referido anteriormente, existem certas normas a seguir quando estamos a lidar com um texto *Web*. Algumas destas normas incidem sobre a estruturação das frases e o seu registo, como a preferência por afirmações na positiva e pela voz ativa. A frase apresentada abaixo é uma das frases mais longas e complexas do texto, utilizando no original tanto a voz passiva como uma negação. Apesar de na LP ser uma frase bem construída e natural, o mesmo não acontece na LC caso recorresse a uma tradução mais literal e mais fiel à estrutura.

Texto de partida	Texto de chegada
<i>As the 2022 European Year of Youth shines a spotlight on Europe's young people and <u>with citizens' voices amplified by the Conference on the Future of Europe there's never been a better time to come together, discuss the challenges we all face and create a better future for Europe that works for everyone.</u></i>	Com o Ano Europeu da Juventude 2022 a destacar a juventude da Europa e <u>com a Conferência sobre o Futuro da Europa a amplificar as vozes dos cidadãos, esta é a melhor altura para nos unirmos, para debater os desafios que todos enfrentamos e para criar um futuro melhor para a Europa que se adegue a todos.</u>

Na língua inglesa é comum o uso de frases curtas, algo que em português pode ser evitado para uma maior fluidez do texto. Para este efeito, optei por fazer a junção de duas frases em inúmeras ocorrências, evitando uma leitura mais pesada do conteúdo. Esta solução veio ainda contornar o uso de pronomes como “este”. O seguinte quadro ilustra alguns dos exemplos.

Texto de partida	Texto de chegada
<i>The EEAS is the EU's diplomatic service. It helps the EU's foreign affairs chief,</i>	O SEAE é o serviço diplomático da UE e ajuda o responsável pelos negócios

<i>Josep Borrell, represent the EU in the world.</i>	estrangeiros da União Europeia, Josep Borrell, a representar a UE no mundo.
<i>The EESC is a consultative body of the EU. It consists of representatives of civil society organisations from member states that contribute to EU law-making.</i>	O CESE é um órgão consultivo da UE e conta com representantes de organizações da sociedade civil de Estados-Membros que contribuem para o processo legislativo da UE.
<i>The European Committee of the Regions is the voice of regions and cities in the EU. It represents local and regional authorities and gives its advice on new laws that have an impact on regions and cities.</i>	O Comité das Regiões Europeu é a voz das regiões e dos municípios da UE e representa os órgãos de poder local e regional e aconselha sobre novas leis com impacto nas regiões e nos municípios.

b) Expressões típicas da LP

Uma vez que estamos perante um texto *Web* dirigido ao público em geral, a situação comunicativa é menos formal, havendo margem para incluir algumas expressões informais e típicas da língua inglesa. Estas expressões necessitam de alguma localização para a LC, dado que uma tradução literal causaria confusão no leitor e não faria sentido.

A expressão “*shine a light*” pode ser transposta para português de diversas maneiras: “destacar”, “enaltecer”, “pôr em evidência” ou “colocar a tónica”. No entanto, a escolha irá depender da construção da frase e de como a sua tradução será na LC. No projeto em questão existem duas ocorrências desta expressão, apesar de com uma ligeira diferença. Como podemos ver na seguinte tabela, a opção escolhida na LC foi a mesma para ambos os casos. Isto explica-se não só para dar uma melhor fluidez e menor dificuldade de compreensão ao texto, mas também para manter coerência na tradução.

Texto de partida	Texto de chegada
<i>As the 2022 European Year of Youth <u>shines a spotlight</u> on Europe’s young people and with citizens’ voices amplified</i>	Com o Ano Europeu da Juventude 2022 a <u>destacar</u> a juventude da Europa e com a Conferência sobre o Futuro da Europa a

<i>by the Conference on the Future of Europe there's never been a better time to come together, discuss the challenges we all face and create a better future for Europe that works for everyone.</i>	amplificar as vozes dos cidadãos, esta é a melhor altura para nos unirmos, para debater os desafios que todos enfrentamos e para criar um futuro melhor para a Europa que se adeque a todos.
<i><u>Shining a light</u> on the importance of European youth to build a better EU – greener, more inclusive and digital.</i>	<u>Destacar</u> a importância da juventude europeia para a construção de um futuro melhor — mais verde, mais inclusivo e digital.

Ainda no mesmo texto, surge a expressão “*give your picture and EU twist*”, que vem da expressão típica da língua inglesa “*give [something] a twist*”. Esta é utilizada no texto como modo de atrair e incentivar o leitor a participar numa atividade, mais precisamente, na cabine de fotografia virtual do Comité Económico e Social Europeu. Para manter a intenção comunicativa, foi necessário encontrar uma expressão equivalente em português que tivesse o mesmo efeito no público-alvo. Após alguma ponderação, optei pela expressão habitualmente utilizada “dar um toque”.

Texto de partida	Texto de chegada
Join us for a 360° virtual tour and participate in our many activities: send a postcard to your friends and family, <u>give your picture an EU twist</u> with our virtual photo booth, tell us what Europe means to you and much more.	Junte-se a nós para uma visita virtual panorâmica e participe nas nossas várias atividades: envie à sua família e amigos um postal, <u>dê um toque de UE à sua fotografia</u> com a nossa cabina de fotografia virtual, diga-nos o que a Europa significa para si e muito mais. ¹⁸

3.2.2.1. EAC-2022-00067-00-00

Direção-Geral: EAC (Educação, Juventude, Desporto e Cultura)

¹⁸ A versão deste segmento que se encontra atualmente na página Web não corresponde à tradução realizada por mim, possivelmente devido a alterações feitas numa nova versão.

Referência do projeto: EAC-2022-00067

Versões e partes: 00-00

N.º de páginas: 5

Tipo de texto: certificado

Público-alvo: participantes do projeto Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade

Contexto: Este projeto delinea a estrutura de diferentes certificados no âmbito do Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade, como certificado de intercâmbio, de participação, de voluntariado, de trabalho, de projetos de solidariedade e certificado geral. Cada um destes apresenta detalhes sobre o projeto, como as principais atividades e resultados, o contexto de aprendizagem, as competências desenvolvidas, desde competências multilinguísticas a competências digitais, e o contexto do projeto.

Desafio: Género dos nomes

Atualmente, a crescente preocupação com a inclusão tem-se tornado um tema central na linguística. A importância de criar e utilizar uma linguagem mais neutra, que atenda a todos os géneros, tanto o masculino como o feminino e o não-binário, é fulcral numa língua como o português, pelo que é vital encontrar e desenvolver estratégias para este fim. Ao contrário do inglês, o português é uma língua presa ao género, isto é, os nomes comuns, os adjetivos, os pronomes e os determinantes têm o género binário, tendo o falante que optar sempre pelo género masculino ou feminino. Ademais, existe uma regra gramatical utilizar o género masculino quando nos referimos a algo de um modo geral (masculino genérico).

Desde o início do meu estágio que me apercebi que este seria um dos desafios correntes ao longo das traduções. Felizmente, a meio do percurso, tive a oportunidade de participar numa formação relativa à linguagem neutra e inclusiva, que abordou o modo como esta se manifesta na linguística e na linguística, bem como possíveis soluções que evitam o uso do género binário (cf. secção 2.2.3). Uma das hipóteses para contornar esta solução seria a reestruturação da frase, fazendo, por exemplo, alterações ao sujeito, tornando-o algo mais geral. Na tabela apresentada abaixo consta um exemplo de como esta questão foi solucionada.

Texto de partida	Texto de chegada (masculino genérico)	Texto de chegada (final)
<i>The owner of this certificate has participated in a project supported by the European Union Erasmus+ programme.</i>	O <u>portador</u> deste certificado participou num projeto apoiado pelo Programa Erasmus+ da União Europeia.	A <u>pessoa portadora</u> deste certificado participou num projeto apoiado pelo Programa Erasmus+ da União Europeia.

Contudo, nem sempre foi possível optar por esta reestruturação, sendo necessário recorrer à técnica tradicional de “o/a”, apesar de esta não ser a opção mais simples a nível visual. A seguinte tabela apresenta alguns dos inúmeros casos em que foi necessário utilizar este método.

Texto de partida	Texto de chegada
<i>contributed as {<u>facilitator</u>} to the youth exchange {title}</i>	[...] contribuiu como { <u>facilitador/a</u> } para o intercâmbio de jovens {title}
<i>contributed as {<u>trainer</u>} to the training course {title}</i>	[...] contribuiu como { <u>formador/a</u> } para a formação {title}
<i>The following summary is the result of a reflection and self-assessment process which took place during and after the project in dialogue with <u>the {youth worker}</u> {n.n.}.</i>	O resumo que se segue resultou de um processo de reflexão e autoavaliação realizado durante e após o projeto, com o apoio <u>do/a {técnico/a de juventude}</u> {n.n.}.

Conclusão

Este relatório debruçou-se sobre os diversos aspetos do meu estágio *Blue Book* na Comissão Europeia, tanto teóricos como práticos. O primeiro capítulo esclareceu o papel da tradução e da terminologia na Comissão Europeia e como a Direção-Geral de Tradução contribui para o funcionamento desta instituição, exemplificando através da minha experiência estágio na Unidade PT. 2 do Departamento de Linguagem Portuguesa. Para além de analisar os dois principais tipos de tradução existentes na CE, a tradução jurídica e a tradução institucional, este capítulo explicou como funciona todo o processo do trabalho linguístico feito pela DGT, tanto tarefas de tradução como tarefas de terminologia, os seus intervenientes e os recursos à sua disponibilidade. Para além disso, foi exposta a problemática do inglês como língua franca e a crescente predominância do *Euro English*. O segundo capítulo descreveu o funcionamento do estágio e tudo o que este oferece aos estagiários, dando ênfase à minha escolha. O terceiro capítulo finaliza este relatório exemplificando alguns desafios de tradução e as respetivas soluções através de alguns dos projetos realizados ao longo dos cinco meses no DLP.

O estágio *Blue Book* foi uma experiência enriquecedora a nível profissional e a nível pessoal. O facto de o MTSL integrar a rede EMT foi uma ótima vantagem, uma vez que a plano curricular deste mestrado foi elaborado para preparar os alunos para o mundo profissional da tradução, dando-lhes as competências fulcrais para esta área dentro dos padrões estabelecidos pela UE. Esta oportunidade permitiu-me colocar estas mesmas competências em prática num contexto de trabalho real, podendo assim aprimorá-las de acordo com as tarefas em mão. Durante o estágio realizei um total de 139 traduções, com cerca de 177 páginas, para nove DGs diferentes, para além de quatro projetos de terminologia para duas DGs e para a Unidade PT. 2.

Apesar de ter começado o estágio sentindo alguma insegurança perante a responsabilidade que me estava a ser dada, à medida que fui tendo mais oportunidades e desafios com os projetos que me eram atribuídos, pude ganhar mais confiança nos meus conhecimentos e no meu trabalho. Com o tempo e a vivência do dia-a-dia como estagiária, foi possível também adaptar-me ao modo de trabalho de uma instituição como a Comissão Europeia, incluindo os seus valores e princípios. Este novo enquadramento abriu-me novas perspetivas sobre o mundo da tradução e sobre as suas áreas adjacentes e

este novo olhar ajudou-me a desenvolver novas competências, desde estratégias de tradução, técnicas de pesquisa aprofundada e conhecimentos linguísticos, a capacidades ligadas à gestão de tempo e à organização de multitarefas. Uma vez que esta foi a minha primeira experiência de trabalho, acredito que me preparou para o meu futuro como tradutora, embora seja um contexto profissional bastante distinto e diferente de outros meios de tradução, nomeadamente o mercado privado.

A equipa da Unidade PT. 2 desempenhou também um papel importantíssimo no meu percurso durante o estágio, acolhendo-me de braços abertos desde o início. A possibilidade de estar em contacto e trabalhar lado a lado com profissionais com vasta experiência, muitos deles especializados em determinadas áreas para lá da tradução e das línguas, proporcionou-me uma valiosa ocasião de aprendizagem, durante a qual pude absorver vários conhecimentos, bem como conselhos que irei utilizar na minha vida profissional e pessoal. O ambiente familiar sentido na Unidade contribuiu para um contexto de trabalho saudável no qual pude evoluir dia após dia como tradutora.

Aliar a minha primeira experiência profissional com a minha primeira experiência fora do país foi também uma oportunidade única. Para além de poder colocar em prática o meu conhecimento de outras línguas, como o espanhol, o francês e o alemão, pude descobrir novas culturas, novos costumes e novas perspetivas, bem como encontrar pessoas que partilham os mesmos ideais e visões.

Ao longo destes cinco meses como estagiária *Blue Book* consegui testar tudo o que aprendi durante os três semestres como estudante do MTSL, colocando em prática cada um dos temas lecionados e aperfeiçoando e aprofundando-os. Ademais, fiquei a conhecer novos fatores relativos à área da tradução que acredito serem essenciais para o meu crescimento como tradutora profissional e para qualquer futuro experiência de trabalho. Com esta oportunidade pude presenciar e compreender o papel decisivo que a tradução desempenha num mundo cada vez mais interligado pelo multilinguismo e pela multiculturalidade.

Referências Bibliográficas

Biel, L. (2014). The textual fit of translated EU law: a corpus-based study of deontic modality. Em *The Translator* – Vol. 20, n.º 3. Nova Iorque: Routledge. 332-355.

Biel, L. (2017). Quality in institutional EU translation: Parameters, policies and practices. Em Biel, L., Łoboda, K. e Svoboda, T. (Eds.), *Quality aspects in institutional translation*. Berlim: Language Science Press. 31-57.

Čavoški, A. (2017). Interaction of law and language in the EU: Challenges of translating in multilingual environment. Em *The Journal of Specialised Translation* – n.º 27. 58-74. Disponível em: https://jostrans.org/issue27/issue27_toc.php

Comissão Europeia. (20 de outubro de 2010). *A fase decisiva: 50.º aniversário do programa de estágios da Comissão*. [Press release]. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_10_1352

Comissão Europeia. (2012). *Translation tools and workflow*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

Comissão Europeia. (2020). *União da Igualdade: Estratégia para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ 2020-2025*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0698>

Comissão Europeia. (2021). *Translation at the European Commission: A history*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

Comissão Europeia. (2021). *Translation in Figures 2021*. Luxemburgo: Serviço das Publicações.

Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia. (2015). *DGT Translation Quality Guidelines*. Disponível em: https://ec.europa.eu/translation/maltese/guidelines/documents/dgt_translation_quality_guidelines_en.pdf

Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia. (2020). *Strategic Plan 2020-2024*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/publications/strategic-plan-2020-2024-translation_pt

Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral de Tradução da Comissão Europeia. (2020). *Guia do Tradutor*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf

Dollerup, C. (2002). Translation and Power at the European Union. Em *Current Writing: Text and Reception in Southern Africa* – Vol. 14, n.º 12. Nova Iorque: Routledge. 192-202.

Firth, A. (1996). The discursive accomplishment of normality: On ‘lingua franca’ English and conversation analysis. Em *Journal of Pragmatics: An Interdisciplinary Journal of Language Studies* – Vol. 26, n.º 2. Amsterdão: Elsevier. 237-259.

Gambier, Y. (2010) Translation strategies and tactics. Em van Doorslaer, L. e Gambier, Y. (Eds.), *Handbook of Translation Studies* – Volume I. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. 412-419.

IATE. (2021). *User’s Handbook*. Disponível em: https://iate.europa.eu/assets/IATE_Handbook_public.pdf

Johnson, I. e Macphail, A. (2000). *IATE – Inter-Agency Terminology Exchange: Development of a Single Central Terminology Database for the Institutions and Agencies of the European Union*. Luxemburgo: Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia.

Koskinen, K. (2008). *Translating Institutions: An Ethnographic Study of EU Translation*. Nova Iorque: Routledge.

Koskinen, K. (2014). Institutional translation: the art of government by translation. Em *Perspectives: Studies in Translatology* – Vol. 22, n.º 4. Nova Iorque: Routledge. 479-492.

Leal, A. (2016). Translation at the European Union and English as a Lingua Franca: Can erasing language hierarchy foster multilingualism? Em *New Voices in Translation Studies* – n.º 14. 1-22. Disponível em: https://www.academia.edu/26055422/Translation_at_the_European_Union_and_English_as_a_Lingua_Franca_Can_erasing_language_hierarchy_foster_multilingualism

Leal, A. (2021). *English and Translation in the European Union: Unity and Multiplicity in the Wake of Brexit*. Nova Iorque: Routledge.

Leal, A. (2021). The European Union's translation policies, practices and ideologies: time for a translation turn. Em *Perspectives: Studies in Translation Theory and Practice* – Vol. 30, n.º 2. Nova Iorque: Routledge. 1-14.

Mollin, S. (2006). English as a Lingua Franca: A New Variety in the New Expanding Circle? Em *Nordic Journal of English Studies* – Vol. 5, n.º 2. 41-57. Disponível em: <https://njes-journal.com/articles/abstract/10.35360/njes.11/>

Mossop, B. (1988). Translating institutions: a missing factor in translation theory. Em *TTR : traduction, terminologie, rédaction* – Vol. 1, n.º 2. Quebec: Universidade do Quebec em Trois-Rivières. 65-71.

Šarčević, S. (1988) *Terminological Incongruency in Legal Dictionaries for Translation*. Disponível em: <https://euralex.org/publications/terminological-incongruency-in-legal-dictionaries-for-translation/>

Schäffner, C. (2007). Politics and Translation. Em: Kuhlwiczak, P. e Littau, K. (Eds.), *A Companion to Translation Studies*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters LTD. 134-147.

Smith, S. A. (1995). Culture Clash: Anglo-American Case Law and German Civil Law in Translation. Em: Morris, M. (Eds.), *Translation and the Law*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. 179-197.

Atos legislativos referidos:

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. JO C 326 de 26.10.2012, p. 391—407. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12012P/TXT>

Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia. JO 17 de 6.10.1958, p. 385—386. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:01958R0001-20130701&from=EN>

Tratado da União Europeia (Versão consolidada). JO C 326 de 26.10.2012, p. 13—390. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=celex%3A12012M%2FTXT>

Anexos

Anexo 1 – Lista de Projetos de Tradução

REFERÊNCIAS	PÁGINAS
WEB-2022-40006(00)-29-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-40-TRA-PT	0,9
WEB-2022-40006(00)-49-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-13-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-15-TRA-PT	0,6
WEB-2022-40006(02)-03-TRA-PT	0,9
WEB-2022-40006(01)-25-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-42-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-07-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-10-TRA-PT	0,5
WEB-2021-40068(00)-72-TRA-PT	0,7
WEB-2022-40006(01)-11-TRA-PT	0,5
EMPL-2022-00537(01)-00-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-47-TRA-PT	0,6
WEB-2022-40006(00)-45-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-44-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-43-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-51-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-06-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-08-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-41-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-48-TRA-PT	0,7
WEB-2022-40006(01)-50-TRA-PT	0,5
WEB-2021-40068(00)-71-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-02-TRA-PT	0,5
EAC-2022-00067(00)-00-TRA-PT	5
WEB-2022-40006(00)-04-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-05-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-09-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-28-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-18-TRA-PT	0,5
COMM-2021-00187(00)-16-TRA-PT	1,7
WEB-2022-40000(02)-50-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(02)-17-TRA-PT	0,5
JUST-2022-02135(01)-00-TRA-PT	5,1
EMPL-2022-00745(00)-01-TRA-PT	2,3
WEB-2022-40000(01)-48-TRA-PT	1,5
WEB-2021-40084(01)-12-TRA-PT	1,9
MOVE-2022-00473(00)-00-TRA-PT	0,7

WEB-2022-40000(00)-48-TRA-PT	1,8
WEB-2022-40000(00)-50-TRA-PT	0,9
EMPL-2022-00321(00)-01-TRA-PT	3,6
EMPL-2022-00537(02)-00-TRA-PT	0,5
QE-2022-02556(00)-00-TRA-PT	0,9
WEB-2022-40014(00)-01-TRA-PT	3,4
WEB-2020-40028(02)-10-TRA-PT	1
WEB-2022-40014(00)-02-TRA-PT	1,4
COMM-2022-00203(00)-00-TRA-PT	9,1
WEB-2021-40068(00)-83-TRA-PT	1,3
EMPL-2022-00745(00)-00-TRA-PT	2,1
COMM-2021-00187(00)-17-TRA-PT	1,6
WEB-2021-40068(00)-87-TRA-PT	0,7
WEB-2021-40068(00)-81-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40000(03)-50-TRA-PT	0,8
WEB-2020-40042(04)-12-TRA-PT	0,7
EMPL-2022-40006(01)-00-TRA-PT	0,5
QE-2022-02978(00)-00-TRA-PT	1,6
WEB-2022-40000(00)-49-TRA-PT	1,5
WEB-2022-40000(00)-52-TRA-PT	1
WEB-2022-40000(00)-51-TRA-PT	1,5
WEB-2021-40068(00)-88-TRA-PT	1,5
QE-2022-02876(00)-00-TRA-PT	0,8
WEB-2022-40000(04)-50-TRA-PT	0,8
QE-2022-03516(00)-00-TRA-PT	1,1
QE-2022-03336(00)-00-TRA-PT	1
SANTE-2022-00689(00)-00-TRA-PT	1,1
WEB-2022-40000(02)-51-TRA-PT	0,5
QE-2022-03318(00)-00-TRA-PT	1,2
WEB-2022-40006(03)-00-TRA-PT	0,5
COMP-2022-00643(00)-00-TRA-PT	2,7
WEB-2022-40030(00)-04-TRA-PT	0
WEB-2022-40032(00)-07-TRA-PT	0
QE-2022-04390(00)-00-TRA-PT	0,6
MOVE-2022-00711(00)-00-TRA-PT	0
JUST-2022-03125(01)-00-TRA-PT	0,5
JUST-2022-03069(00)-00-TRA-PT	1,2
QE-2022-04698(00)-00-TRA-PT	1,2
WEB-2022-40030(00)-03-TRA-PT	0
WEB-2022-40030(00)-02-TRA-PT	0
EMPL-2021-02571(00)-01-TRA-PT	0,5
JUST-2022-03125(01)-00-TRA-PT	2,6
WEB-2022-40006(04)-01-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-33-TRA-PT	1,7
WEB-2022-40006(00)-31-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-30-TRA-PT	0,5

WEB-2022-40006(00)-36-TRA-PT	1
WEB-2022-40006(00)-37-TRA-PT	0,8
WEB-2022-40006(00)-35-TRA-PT	0,9
WEB-2022-40006(00)-34-TRA-PT	0,8
WEB-2022-40006(00)-52-TRA-PT	1,2
WEB-2022-40006(00)-53-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-39-TRA-PT	0,5
EMPL-2022-00537(01)-00-TRA-PT	1,9
WEB-2022-40006(01)-46-TRA-PT	0,7
WEB-2022-40006(02)-01-TRA-PT	12,7
WEB-2022-40006(02)-00-TRA-PT	1,6
WEB-2022-40006(00)-23-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-24-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-26-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-38-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-14-TRA-PT	0,6
WEB-2022-40006(00)-12-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-16-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-21-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-22-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-20-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(02)-03-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(02)-01-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(02)-00-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-27-TRA-PT	0,6
WEB-2022-40006(01)-32-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-17-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(00)-19-TRA-PT	0,5
JUST-2022-01687(00)-00-TRA-PT	1,2
WEB-2022-40006(01)-17-TRA-PT	0,5
WEB-2021-40068(00)-73-TRA-PT	1
WEB-2022-40006(02)-00-TRA-PT	0,5
JUST-2022-02135(01)-00-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(02)-03-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(01)-02-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(02)-01-TRA-PT	0,5
QE-2022-02896(00)-00-TRA-PT	1,7
WEB-2022-40000(01)-50-TRA-PT	0,9
QE-2022-02640(00)-00-TRA-PT	0,7
WEB-2022-40000(01)-51-TRA-PT	0,5
EMPL-2022-00747(00)-00-TRA-PT	2
SANTE-2022-40028(00)-00-TRA-PT	1,1
SANTE-2022-40026(00)-00-TRA-PT	1,2
WEB-2022-40014(00)-04-TRA-PT	2,6
WEB-2022-40014(00)-05-TRA-PT	2,5
WEB-2022-40014(00)-09-TRA-PT	2

WEB-2022-40014(00)-06-TRA-PT	1,4
WEB-2022-40014(00)-08-TRA-PT	2,2
WEB-2022-40014(00)-07-TRA-PT	1,7
WEB-2022-40014(00)-10-TRA-PT	1,6
WEB-2022-40014(00)-03-TRA-PT	0,9
EMPL-2022-00759(00)-00-TRA-PT	2,3
COMM-2022-00243(00)-00-TRA-PT	0,5
WEB-2022-40006(03)-01-TRA-PT	0,5

Anexo II – Lista de termos do projeto de terminologia GROW-2022-80118

TERMO	NÚMERO IATE
vidro de Murano	3627787
cutelaria de Solingen	3627788
renda de Halas	3627793
sarja de Donegal	1577227
bijuteria de Jablonec	3627809
Conselho Consecutivo das Indicações Geográficas	3627816
procedimento de registo direto	3627854
autodeclaração	3627786
procedimento de oposição a nível mundial	3627855
procedimento nacional de oposição	3627806
pponente nacional	3627807
proteção nacional temporária	3627808
menção genérica	3627791
notificação de observações	3627790

Anexo III – Estatísticas do utilizador *IATE*

TYPE OF OPERATION	MAY-2022	JUNE-2022	JULY-2022
Entry Creations	0	0	0
Entry Modifications	0	0	0
Entry Deletions	0	0	0
Language Entry Creations	1	12	8
Language Entry Modifications	3	34	14
Language Entry Deletions	0	0	0
Language Entry Validations	0	0	0
Term Entry Creations	5	14	9
Term Entry Modifications	387	55	1
Term Entry Deletions	0	0	0
Term Entry Validations	0	0	0

Anexo IV – Exemplo de uma *job sheet*

Translation unit: DGT.B.PT.PT-2

Arrival in unit: 24/03/2022 16:45

Document	Vers	Part	Product	Target	Source Workload	Deadline	Hour	Imp
COMM-2022-00203	00	00	TRA	PT	EN 9.1	Friday 08/04/2022	23:59	
Other languages: BG,CS,DA,DE,EL,ES,ET,FI,FR,GA,HR,HU,IT,LT,LV,MT,NL,PL,RO,SK,SL,SV								
TITLE	Europe Day 2022 website text							

Text category	20800	C	Match rate 100%	PT	7.49%	Best lg.	8.43%
Outsourcing			Match rate 85-99%	PT	0.91%	Best lg.	1.86%
Transmission channel	POETRY		Internal repetition	5.33%			
Marked	NO		Pre-processing	NA			
Document delivery format	DOCX		SLA	NA			

Procedure/meeting	--None--						
Inter-service consultation							
Destination	Public	Interinstitutional procedure	NO				

REQUESTER remarks:	PLANNING remarks: (v. 00) Where possible, please localise the links embedded in the text in terms of languages. (v. 00) The text in red doesn't need to be translated. (v. 00) For reference: 2021 Europe Day Website translated under reference COMM-2021-00173 (00)-00.
--------------------	--

REFERENCES	Pages	Type	Status	Personnel	Unit(s)
Versions	00/00	9.1	TRA	Assigned	bacarol / canelre PT-2
Internal references					
External references					

Req. service: COMM.B.1.002	Orig. service: COMM	Planning sector: DGT.S.S-1.P-1
Requester: MISTI Evelin (), JUDGE Niall ()		Administrator:
Author: MISTI Evelin (), JUDGE Niall ()		Assistant: DUMONT Sanna (64339)
		Case handler:
		Functional mailbox: DGT-S-1-SECTOR1@ec.europa.eu

UNIT SPACE

TRA	QC	COMMENTS
		Post-alignment to be done
		YES NO

Anexo V – Oferta do estágio



EUROPEAN COMMISSION
Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture
Erasmus+; Youth and European Solidarity Corps
Youth, Volunteer Solidarity and Traineeships Office

Candidate number: M22-731740-PT

TRAINEE PLACEMENT OFFER

The European Commission, also acting on behalf of other Institutions and Bodies of the European Union with whom a Service Level Agreement has been concluded, (hereinafter referred to as "the Commission"), represented by **Sophia ERIKSSON WATERSCHOOT**, Director, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture,

offers **Carolina BARROS**, hereinafter referred to as "the trainee", a trainee placement in Luxembourg for a duration of 5 months, as from **1 March 2022**, in the following Department:

**Translation (DGT)
DGT.B.PT.2 - Portuguese-language unit 2
in Luxembourg**

The placement will come to an end automatically on 31/07/2022. There shall be no possibility for extension of the traineeship period.

In-service training abides by the rules governing the official traineeships scheme of the European Commission (Decision of the Commission of 2 March 2005 - C(2005)458), hereinafter referred to as "the Rules", which form an integral part of this offer.

The Commission's traineeship programme extends to other agencies and entities with which there is a service level agreement allowing them to participate in the programme. As a result, subsequent career opportunities may vary between these different entities including the Junior Professionals Programme which is open exclusively to official trainees posted in the Commission DGs, offices and services.

VALIDITY OF THE OFFER

In the absence of acceptance of the present offer by 03/02/2022 in the Stage online account, the placement offer will be considered null and void.

On the part of the European Commission, this placement offer shall become valid if, at the commencement date of the traineeship, travel to the place of assignment is allowed by the applicable national rules and the working environment thereto allow the organisation of the traineeship.

The trainee shall adhere to the measures put in place by the national authorities of the place of assignment with regards to entry to the territory.

In accordance with the rules governing the official traineeships scheme of the European Commission, the date of commencement may be deferred, as long as the minimum traineeship period of 3 months is respected. If the traineeship cannot start on 1 May 2022 at the latest, the Placement Offer shall be considered automatically null and void.

DATE OF COMMENCEMENT AND PICK UP OF IT EQUIPMENT AND ACCESS PASS

The information containing the commencement date of the traineeship will be considered an integral part of this placement offer. The rights and obligations of the trainee will start to be applicable as from the date of commencement of the traineeship, irrespective of the date when the trainee picks up the IT equipment and the access pass. The trainee shall be informed of the date, time and venue s/he is expected to present him/herself at for the pick up of IT equipment and access pass at a later stage, taking into consideration the sanitary measures applicable at the place of assignment.

WORKING CONDITIONS

The working conditions depend on the evolution of the COVID-19 pandemic and on the measures put in place at a given time by the Member State hosting the place of assignment. A traineeship with 100% telework cannot be excluded. The traineeship will start from the place of assignment under the working arrangements decided by the hosting Member State or the Commission at the date of commencement. It includes provisions regarding access to buildings, teleworking and travels.

Should the working conditions change due to the pandemic once the traineeship has started, the trainee shall adhere to the rules in force for the rest of the traineeship period.

Except in specific circumstances assessed by the line manager in cooperation with the Human Resources of the service concerned, the trainee shall not be entitled to telework from his/her home country.

The trainee shall acknowledge that the experience for the entire duration of the traineeship may be different from what s/he could have expected in normal circumstances, with fewer opportunities to meet colleagues and peers in person and to get to know the place of assignment's physical and cultural spaces, and with a severe impact on the activities that would have been normally organised for the trainees.

There is no possibility that the traineeship will be extended or restarted due to these specific working conditions.

ALLOWANCES

The trainee shall receive a living allowance of **EUR 1252.68** per month of in-service training actually carried out. An additional allowance may be granted to a trainee with disabilities in accordance with the conditions mentioned under point 6.3 of the Rules.

Where applicable, the trainee shall receive a travel allowance in accordance with point 6.4 of the Rules.

INSURANCES

An accident insurance fee of **EUR 0.36** per month shall be automatically deducted from the living allowance.

A health insurance fee of **EUR 13.13** per month shall be automatically deducted from the living allowance, unless the trainee has instead explicitly requested the coverage through their own national scheme with a valid European Health Insurance Card.

The European Commission does not offer a third party liability insurance for trainees during their traineeship. If a trainee would like to be covered against civil liability claims, he/she needs to underwrite such liability insurance him/herself.

TASKS

The trainee shall carry out tasks similar to those of an official of the Administrator category. S/he shall contribute to the work of the department with the objective to acquire sound knowledge and practical experience on EU policies, programmes and missions, rules, procedures and activities of the Institution. To this end, s/he shall participate in meetings at different levels and collaborate in organisational, information, documentation and logistic tasks of value for the service.

A job description will be given to the trainee when s/he takes up her/his duties.

LIABILITY

- The trainee shall have sole responsibility for complying with any legal obligations incumbent on her/him.
- The Commission shall not, in any circumstances or on any grounds, be held liable in the event of a claim in the framework of the traineeship relating to any damage caused during the traineeship. Consequently, the Commission will not entertain any request for indemnity or reimbursement accompanying any such claim.

- Except in cases of *force majeure*, the trainee shall make good any damage caused to the Commission.
- The trainee may not represent the Commission, nor hold out to represent the Commission. She/He is bound to inform third parties that she/he is not a European civil servant.
- The trainee shall hand in the badge and the IT equipment at the end of their traineeship.



A handwritten signature in black ink, appearing to be "S. E. Waterschoot".

Sophia ERIKSSON WATERSCHOOT
Director

Anexo VI – Certificado do estágio



Anexo VII – Relatório realizado pela supervisora do estágio



EUROPEAN COMMISSION - COMMISSION EUROPEENNE

Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture - Direction générale de l'éducation, de la jeunesse, du sport et de la culture

Traineeships Office - Bureau des Stages

Luxembourg, 11/07/2022

In-service training report (filled by the trainee's adviser)

Candidate number	731740
Name of the trainee	Carolina BARROS
Training period (from/to)	01/03/2022 - 31/07/2022
Directorate-General	Translation
Service	Portuguese-language unit 2
Name of the Adviser	Regina CANELAS

Task description

During her traineeship, Ms. Barros translated 139 documents from English into Portuguese, totalling 176.5 pages and spanning a wide range of requesters, namely the following Commission DGs/services: WEB, EMPL, QE, JUST, COMM, SANTE, MOVE, EAC and COMP. Her assignments included general documents, such as webpages, letters, information leaflets, public consultations, and answers to written questions from the European Parliament.

Ms. Barros has also performed terminological research in the health and industry domains under the direction of the Portuguese Language Department terminologists.

Adviser's appreciation

Ms. Barros has performed her translation work in a satisfactory manner in a variety of domains. She showed good language skills, responsibility and respect for the deadlines. She has the technical skills necessary to carry out her tasks, including knowledge of computer tools that she uses autonomously. She integrated easily into the spirit and culture of the unit and department and showed a good team spirit.

From the beginning of the traineeship, Ms. Barros followed an intensive IT training programme aimed at mastering all IT tools available at DGT and, later, used all those tools to perform her tasks, namely SDL Studio, Euramis, IATE, and databases search. Ms. Barros also attended a diversified training programme, including talks and visits to the European Institutions, in order to improve her knowledge about the functioning and working practices of the institutions.

As part of her traineeship, Ms. Barros spent some weeks working under the direction of the Portuguese Language Department terminologists in terminology projects, where she created and updated entries in the health and industry domains directly in the IATE database. After a quick training course, Ms Barros was able to fill in the relevant fields of the database according to the rules prescribed. Her collaboration was particularly appreciated by the Terminology Team of the Portuguese Language Department.

We were very happy with Ms. Barros's performance and her integration in our unit's life. We wish Ms. Barros a promising professional future and we are sure that she will successfully accomplish this goal.

Regina CANELAS

14TH July 2022, Regina Canelas
Date and signature